

Instituto Superior Miguel Torga

Escola Superior de Altos Estudos

***Djunta-mó* na procura de uma vida melhor:
estudo de narrativas sobre redes sociais e capital social
no processo de mobilidade social de
imigrantes caboverdianos em Portugal**



ANDRÉ LINO DUARTE MONTEIRO

Dissertação de Mestrado em Serviço Social

Coimbra, outubro de 2012



***Djunta-mó* na Procura de uma Vida Melhor:
estudo de narrativas sobre redes sociais e capital social
no processo de mobilidade social de
imigrantes caboverdianos em Portugal**

André Lino Duarte Monteiro

Dissertação Apresentada ao ISMT para
Obtenção do Grau de Mestre em Serviço Social
Orientadora: Professora Doutora Sónia Guadalupe

Coimbra, Outubro de 2012

Aos meus queridos filhos

Marcos André e Márcio Ricardo

Agradecimentos

Na concretização de mais uma etapa da minha vida que se objetiva na elaboração deste trabalho, muito tenho a agradecer, é uma pena que as palavras sejam tão áridas para retratar a dimensão de certos sentimentos que nos assolam em momentos tão especiais como este.

Não obstante, gostaria de agradecer de forma bem especial: A Deus em primeiro lugar, pela força e fé que me deu. À minha orientadora *Professora Doutora Sónia Guadalupe* que, com muita mestria, paciência, amizade e atenção, foi incansável na tarefa de direccionar minha análise para a conclusão deste trabalho. A si o meu muito obrigado.

Aos meus dois adorados filhos *Marcos e Márcio*, razões da minha vida, pelos beijos e abraços inspiradores e acalentados no regresso a casa depois das aulas e do trabalho. Papá, ama vos do fundo do coração.

À minha colega muito especial: minha querida esposa, *Adélcia Duarte*, companheira de longa data, e de todas as batalhas, mais uma vez juntos (nesta que foi a mais dura delas) para mais uma vitória. Amo-te meu amor.

Ao meu querido pai *Feliciano Monteiro*, um grande obrigado, pelo carinho, atenção e amizade que nos une. Eu amo-te “papá”. Aos meus estimados sogros *José Francisco Almeida* e *Maria de Jesus Semedo* pelo apoio e amizade, a vós o meu muito obrigado.

Aos meus queridos irmãos e irmãs, em especial: *Arlindo* e sua esposa *Isabel*, por tudo que fizeram nesta caminhada. Eu sou vos eternamente grato. À *M^a Augusta*, pelo apoio e amizade. Às minhas cunhadas e cunhados em especial *Anísio* pela tradução e força, às sobrinhas e sobrinhos, em especial a *Arcelinda*, pelo apoio com o *Marcos* e *Marcio*.

À Professora, *Dr.^a Alcina Martins* (a principal encorajadora por nossa vinda) pelos ensinamentos e sugestões, à direcção do ISMT, aos colegas do curso e de trabalho e amigos, em especial ao casal, “*Dá*” e “*Susana*”, por tudo o que fizeram por nós e pelos nossos filhos e ao amigo *Iacopo Fortes* pelo apoio e pela força.

Por fim, a todos os amigos não mencionados, o nosso muito obrigado e um bem-haja a todos.

Resumo

O estudo apresenta-se com o objetivo de compreender diferentes dimensões que interpelam o campo da imigração, evidenciando a relevância das redes sociais e do capital social na mobilidade social dos imigrantes caboverdianos em Portugal.

Neste estudo privilegamos a metodologia qualitativa, dando primazia ao paradigma interpretativo. Foram feitas cinco entrevistas semi-estruturadas a imigrantes caboverdianos adultos residentes na comunidade do Cacém, concelho de Sintra.

As narrativas dos imigrantes caboverdianos participantes revelam que as suas redes sociais estão bastantes fragilizadas. A falta de confiança, a escassa participação social em estruturas comunitárias, e o parco *djunta-mó* que parece existir entre eles, ressaltam como características que parecem inibir os imigrantes de interagir com redes diferentes, fechando-se entre si. Tais características na interação social afetam a emergência e o reforço do capital social necessário para uma integração bem-sucedida, dificultando a mobilidade social ascendente.

Sendo a imigração uma importante expressão da questão social, o Serviço Social deveria assumir a centralidade do debate sobre as preocupações do tema apresentado, tanto a nível das características das trajetórias do imigrante, como das suas trajetórias de (não-)integração e in(ex)clusão social. As conclusões do estudo desafiam a (re)pensar as estratégias comunitárias para intervir socialmente no reforço da confiança, entreaajuda e participação social, alinhadas com a (re)definição de políticas sociais justas, capazes de potenciar equidade nos processos de mobilidade social ascendente.

Palavras-chave: Imigrantes, Redes Sociais, Capital Social, Mobilidade Social.

Abstract

The study is presented in order to understand different dimensions that challenge the immigration field, highlighting the relevance of social networks and social capital in the social mobility of Cape Verdean immigrants in Portugal.

In this study we use the qualitative methodology, giving primacy to the interpretive paradigm. We did five semi-structured interviews with adults Cape Verdean immigrants living in the Cacém community, Sintra Council.

The narratives of Cape Verdean immigrants that participated in the study show that their social networks are very weakened. The lack of trust and participation in social community structures, and the meager *Djunta-mó* that seems to exist between them, stand out as features that appear to inhibit immigrants to interact with different networks, closing between themselves. Such characteristics in social interaction affect the emergence and strengthening social capital necessary for a successful integration, impairing the social mobility.

With immigration as an important expression of the Social Question, Social Work should take the centrality of the debate concerning to the presented topic at, both of the level of characteristics of the immigrant trajectories, as their trajectories of (non-)integration and social in(ex)clusion. The findings challenge the (re)thinking of community social intervention strategies to engage socially in building trust, mutual support and social participation, aligned with the (re)definition of fair social policies, capable of raising equity in the processes of upward social mobility.

Key Words: Immigrants, Social Networks, Social Capital, Social Mobility

Índice

1. INTRODUÇÃO	1
1.1) O fenómeno migratório Caboverdiano	2
1.2. Rede Social e Seus Conceitos: Perspetivas de Diferentes autores	4
1.2.1. Redes Sociais como fonte de suporte social	7
1.2.2. Diferentes Abordagens de Capital Social e o <i>djunta-mó</i>	9
1.3. As Múltiplas Possibilidades de conceptualização da Mobilidade Social	12
2. MATERIAL E MÉTODOS	14
2.1 Justificação, Pertinência e grandes linhas de enquadramento do Estudo	14
2.1.2. Questão de partida	15
2.1.3. Objectivos	16
2.2. Tipo de Estudo	16
2.3. Participantes.	17
2.3.1. Amostragem	18
2.3.2. Questões Éticas na Recolha de Informação e Procedimentos Metodológico	19
2.3.3. Características de Amostragem	20
3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	21
3.1. Centralidade da provisão de recursos sociais a partir das redes sociais e a produção de capital social na trajetória do imigrante	22
3.2. Participação social dos imigrantes nas organizações comunitárias de Cacém	27
3.3. A provisão informal e a produção de capital social potenciam trajetórias de mobilidade social ascendente?	28
3.4. Perceção e perspectivas dos imigrantes sobre a ideia mobilidade social ascendente na comunidade	31
4. CONCLUSÕES	33
Referências Bibliográficas	38
Apêndice	41

E-mail: andlino75@gmail.com

Imagem da capa da autoria do autor

Siglas e Abreviaturas

AML – Área Metropolitana de Lisboa

DSS – Diagnóstico Social do Concelho de Sintra

EUA – Estados Unidos de América

E1 – Entrevistado nº 1

E2 – Entrevistado nº 2

E3 – Entrevistado nº 3

E4 – Entrevistado nº 4

E5 – Entrevistado nº 5

ISMT – Instituto Superior Miguel Torga

ONG's – Organizações não governamentais

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

RDH – Relatório de Desenvolvimento Humano

SEF – Serviços de Estrangeiros e Fronteiras

PARTIDA

*Eu queria deixar a minha terra,
Meus olhos só viam os horizontes distantes
Os meus ouvidos só escutavam a “sabura” da emigração
O meu coração amava ver os envelopes vindos do estrangeiro
Com margens adornadas de vermelho e azul
E um certo dia decidi partir.
Queria também ficar
Mas entre esse ficar e partir
Existia um vazio e uma incerteza
Uma incerteza de sucesso
Uma alma vazia de esperança
E um certo dia resolvi partir.*

In Domingos Barbosa da Silva

1. INTRODUÇÃO

1.1. O fenómeno migratório Caboverdiano

A questão de imigração é, um fenómeno social com longa tradição, que, em diferentes contextos espacio-temporais, foi determinada por distintas motivações de diversas ordens (pessoais, socioeconómicas, políticas, religiosas, etc). De acordo com Sousa (2003, p.41) “a mobilidade humana pode ser determinada, do ponto de vista motivacional, por várias *mobilidades* que podem estimular uma fuga do território onde se nasceu ou se reside (perseguições, subdesenvolvimento) ou atrair o indivíduo onde quer que esteja (modernidade, melhores condições de vida que se espera encontrar, estudo, turismo)”. O mesmo autor afirma ainda que, quando os efeitos dos primeiros prevalecem, está-se perante *fatores repulsivos* como determinantes da migração (*push factors*), quando prevalecem os segundos, trata-se de *fatores atrativos* (*pull factors*).

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH 2009), estima-se que quase mil milhões de pessoas se encontram em migração dentro dos seus próprios países ou para o exterior. A maioria parte em busca de melhores oportunidades e condições de vida, na expectativa de poder aliar os seus próprios talentos aos recursos existentes nas zonas e nos países de destino, obtendo, assim, benefícios para si e para a sua família mais direta. A diversidade destes indivíduos e as regras que governam a sua deslocação fazem da mobilidade humana uma das questões mais complexas que hoje o mundo enfrenta, especialmente agora que se encontra em plena recessão.

O fenómeno migratório em Cabo Verde é secular, porquanto a génese da formação da sociedade caboverdiana é consequência de um complexo processo migratório, atendendo que o próprio sistema de povoamento foi baseado na diversidade de povos, europeus e escravos africanos fruto “da miscigenação entre os dois grupos e da influência cultural da África e da Europa, surgiu uma sociedade mestiça com uma cultura peculiar” (Martins 2009).

A questão de emigração em Cabo Verde, esteve sempre presente, devido aos períodos de fome por que passou ciclicamente o país, motivadas pelas prolongadas estiagens e a

insularidade que o caracteriza, fruto da sua situação geográfica, ficando a sua população naturalmente propensa à migração. “A escassez de recursos naturais e as secas periódicas e constantes levaram sempre a população – maioritariamente a masculina - a emigrar” (Grassi, 2006, p.6)., sendo esta a situação de Cabo Verde.

Concordando que “a migração é um fenómeno social e demográfico complexo, pois ao mesmo tempo em que um fluxo migratório possui características universais e estruturalmente semelhantes a outros fluxos, ele desenvolve histórica e socialmente sua singularidade” (Fazito, 2010, p. 90). Entende-se que o fluxo migratório caboverdiano, assenta perfeitamente neste desígnio, pois, foi consequência de diferentes motivações, em distintas etapas da sua trajetória como povo, emprestando assim um cunho peculiar nessa caminhada.

Muitas foram e/ou ainda são as razões da emigração caboverdiana. Para além das referidas atrás, houve períodos de especial movimento populacional, tal como aconteceu nos finais do século XIX, com o fim da escravatura, em que dezenas de milhares de Caboverdianos começaram a ser compelidos ao trabalho forçado nas plantações de São Tomé e Príncipe, “recrutados por força de lei para prestar serviço na roça de S. Tomé e Príncipe” (Carreira, 1977, p.149), também para o Brasil, passando a ser os escravos denominados "contratados". Entre 1900 e 1922, por exemplo, foram enviados para as plantações de São Tomé 23.978 Caboverdianos, prática que se prolongou até 1974.

Mas reza a história, que a emigração de Cabo Verde, facilitada pela grande circulação local de navios de longo curso, que escalavam as ilhas no comércio de escravos e não só, fazendo a ligação entre os continentes Europeu, Africano e Americano (do Sul e do Norte), alistaram os primeiros emigrantes para o Brasil já no século XVI.

Nos finais do século XVIII, com a pesca da baleia pelos barcos americanos no mar caboverdiano e arredores, inicia-se a emigração para os Estados Unidos da América (EUA), como confirma Carreira (1977) ao caracterizar o início das migrações caboverdianas afirmando que “a emigração caboverdiana para o estrangeiro começou muito cedo através dos navios baleeiros americanos. A procura de auxiliares das ilhas para a faina facilitou a entrada de caboverdianos na América. Tímida de início e circunscrita a reduzidos contingentes de homens, mais tarde tomou incremento”

(Carreira, 1977, p. 161). No século XX, passam a emigrar também para outras regiões da Europa, para além de Portugal, concentram-se em especial na Holanda (anos 50), Itália (anos 70) e França. Os números oficiais desta emigração são bem elucidativos da presente diáspora. Entre 1900-1920 emigraram 27.765 (18.629 para os EUA); 1927-1945: 10.120 (3.336 para Lisboa); 1946-1952: 6.804; 1953-1973: 135.289 (Fontes, s.d).

Estima-se que existam comunidades Caboverdianas espalhadas por 40 países. Em Portugal, a imigração caboverdiana assume grandes proporções com a revolução de 25 de abril de 1974 e a independência de Cabo Verde em 1975. Segundo Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2011, no início da década de 80, verificou-se um aumento exponencial e atípico do número de estrangeiros residentes em Portugal. Os anos 90 caracterizam-se pela consolidação e crescimento da população estrangeira residente, com destaque para as comunidades oriundas dos países africanos de expressão portuguesa e do Brasil. Cabo Verde, segundo confere o mesmo Relatório é atualmente a terceira comunidade mais expressiva com 43.920 cidadãos residentes, significando 10,1% da população estrangeira em Portugal.

O distrito de Lisboa é o que alberga o maior contingente de população estrangeira, com 188.259 cidadãos. É neste contexto que se encontra o concelho de Sintra, território no qual desenvolvemos a presente investigação. A afluência de imigrantes a este concelho inicia-se com os naturais dos PALOP num processo migratório quase contínuo, desde 1975. A partir de meados dos anos noventa do séc. XX, são perceptíveis movimentos migratórios internos, provenientes sobretudo dos concelhos limítrofes, de famílias de origem africana atraídas pela oferta do mercado habitacional e de trabalho, de acordo com o “Diagnóstico Social do Concelho de Sintra” de 2004 (de agora em frente DSS).

Segundo este mesmo documento, estes indivíduos fixam-se maioritariamente nas zonas urbanas, com especial incidência ao longo do eixo ferroviário. A fixação no parque habitacional disperso, lógica distinta da verificada, por exemplo, no vizinho concelho da Amadora, terá ocultado durante algum tempo o peso real da imigração no seio da população de Sintra. Contudo, e mesmo fora dos contextos habitacionais degradados, é possível observar uma preferência de fixação no espaço, que parece seguir a nacionalidade (DSS, 2004). O fenómeno de imigração em Portugal parece ser fortemente influenciado pelas redes de parentesco, nomeadamente na comunidade Caboverdiana, questão talvez reforçada com a Lei de Estrangeiros - Lei 23/2007, de 4 de

julho (veja-se o Capítulo VI - Residência em território nacional, Secção IV - Autorização de residência para reagrupamento familiar, Artigo 101.^o - Condições de exercício do direito ao reagrupamento familiar)¹.

Albuquerque (2008) afirma que um ponto em comum dentre os diversos tipos de rede social é a partilha de informações, conhecimentos, interesses e esforços em busca de objetivos comuns. A intensificação da formação das redes sociais, nesse sentido, reflete um processo de fortalecimento da sociedade civil, num contexto de maior participação democrática e mobilização social. As relações sociais de proximidade, constituem um recurso mobilizado pelos imigrantes que tomam a iniciativa de desenvolver atividades de cariz cívico, cultural, político, religioso, desportivo, formativo, informativo, etc. em alguns casos apoiados em laços familiares num primeiro momento. Todos estes contextos dão forma a (e sustentam-se em) redes de relações sociais que extravasam o espaço familiar, pelo que se podem constituir como fontes de capital social, conforme o conceito proposto por Putnam (1993, p.152), na medida em que fomentam a participação, a solidariedade e o “compromisso cívico”, indicado por Putnam (1993, pp. 173-175) como um elemento essencial à construção de capital social, conceito que retomaremos mais adiante.

1.2. Redes Sociais na perspetiva de diferentes autores

O processo migratório, de modo geral, envolve certas relações de interesse, entre aqueles que chegam e os outros residentes no lugar. A existência de redes sociais na imigração no local de destino significa sua necessidade, a demanda por elas, e sua importância na resposta às tensões e aos conflitos, os quais precisariam de ser superados de forma compartilhada, pois, assim, seriam mais eficientes do que através da adoção de soluções individuais (Gurak, Caces apud Fazito, 2002).

Porque o conceito da rede social é fundamental para este estudo, reportarmos o que dizem alguns autores sobre essa questão. Guadalupe (2010: 43), afirma que o conceito de rede tem surgido recentemente nos mais diversos domínios e com inúmeras

¹ Artigo 101.^o. - Condições de exercício do direito ao reagrupamento familiar

1 — Para o exercício do direito ao reagrupamento familiar deve o requerente dispor de:

a) Alojamento;

b) Meios de subsistência, tal como definidos pela portaria a que se refere a alínea d) do n.^o 1 do artigo 52.^o.

2.^o — O disposto no número anterior não é aplicável ao reagrupamento familiar de refugiados.

designações associadas (...) pois é, segundo a autora, vulgar falar de redes de transportes, de telecomunicações, de abastecimento de água, de esgotos, de distribuição de serviços, assim como encontrar o conceito associado ao domínio da matemática, da informática e à internet, sendo esta designada como “a rede”. Estas redes, muito embora permitam contactos sociais, não é essa a sua natureza primeira (Lemieux, 1999, *cit. in* Guadalupe, 2010).

No plano social, que é o ponto de interesse do estudo, podemos distinguir, por exemplo, as redes de parentesco, de afinidade, de suporte, de mobilização, de vizinhança (*idem*), de associação, etc.

Etimologicamente a palavra *rede* vem do Latim *retiolus*, diminutivo de *retis*, que designa um conjunto de linhas entrelaçadas ou teia, segundo Guadalupe (2010, p. 43). Na sociologia, Georg Simmel (1908, *cit. in* Nowak, 2001, Guadalupe, 2010) baseou-se no conceito de *rede* para explicar a pertença dos indivíduos a diferentes círculos sociais que se cruzavam e interagiam na sociedade moderna. Conceito com o qual o nosso estudo se revê, na medida em que queremos verificar se o acesso a redes sociais e a capital social pelos imigrantes impulsiona trajetórias de mobilidade social, visto que, a interação, a solidariedade, o espírito de pertença, a participação, o compromisso cívico, etc, fazem parte de um leque de pressupostos fundamentais para o fortalecimento do capital social (Putnam, 1993, pp. 173-175). No entanto é, a J. A. Barnes (1954, *cit. in*, Lemieux, 1999; Guadalupe, 2010, p. 44), atribuído o primeiro estudo que coloca em realce a importância das redes nos fenómenos sociais, sendo ele considerado unanimemente o primeiro a utilizar pela expressão rede social para descrever a estrutura social de uma comunidade (Mercklé, 2004; Portugal, 2007; Guadalupe, 2010).

Ao fazer essa descrição, Barnes separa dois campos, (territorial e industrial), com base nos quais se estabelecem as relações entre os indivíduos (Fontes & Portugal, 2009). Contudo a conclusão a que ele se chegou foi de que a maioria das ações individuais não se pode ser compreendida com base na pertença territorial ou industrial. Razão pela qual, segundo Fontes & Portugal (2009), isola um terceiro campo, formado pelos laços de parentesco, amizade e conhecimento, que concebe como uma rede: rede de relações, flexível e discreta, em que os diferentes membros se podem ou não conhecer uns aos outros e interagir entre si. Esta definição vem ao encontro dos objetivos do nosso estudo.

Segundo Grassi (2006, p. 30), “as redes caboverdianas são baseadas sobretudo na família e acompanham o conceito de família alargada, no polo oposto da família nuclear europeia, resultando naquilo a que maior parte dos autores refere como “comunidade”. Afirma ainda que, “os laços de sangue na diáspora nem sempre são o fator mais importante para a gestão da solidariedade e da entreaajuda” (ibidem).

Os indivíduos em sociedade estabelecem relações entre si, mais ou menos numerosas, mais ou menos dispersas no espaço. Estas relações podem ser informais, como as relações que se estabelecem entre familiares ou amigos, ou formais quando enquadradas institucionalmente, como acontecem com os colegas da escola, do trabalho ou de outro tipo de organizações a que os indivíduos pertencem (Correia, 2007, p.97). Essas relações formam aquilo que alguns autores denominam de “redes sociais”, isto é, um “conjunto de ligações entre diversos atores e estendem-se”, muitas vezes, “para além dos laços diretos” entre os indivíduos (*idem*). A autora afirma ainda que, essas redes são essenciais para o funcionamento da sociedade, daí que Putnam destaque que a virtude cívica de cada um dos cidadãos por si, se torna mais eficaz quando enquadrada numa “densa rede de relações sociais recíprocas” (Putnam, 2000, *cit. in* Correia, 2007).

Granovetter (1973), enfatiza o laço ou a ligação e suas características como o conceito fundamental na análise das estruturas de redes. Afirma ainda que as ligações são importantes, porque além de caracterizarem a estrutura da rede, possibilitam que esta seja usada para o estudo de fenómenos, como difusão, mobilidade e coesão social.

Cohoon; Aspray, (2007), falam de ligações fortes e fracas que podem existir entre as redes, caracterizando as primeiras como um pequeno grupo com relacionamentos longos, tais como os membros da família, onde há um forte investimento no relacionamento e um contacto frequente com outras pessoas e senso implícito de reciprocidade. Essas ligações fortes com familiares e amigos íntimos ou próximos são baseadas nas relações de confiança que geralmente são de benefício mútuo para ambas as partes. Já as ligações fracas são de curta duração, de menor frequência de contacto, de menor confiança e mais ambiguidade de relacionamento. Podem ser consideradas como canais através dos quais ideias socialmente distantes, influências ou informações chegam ao indivíduo. Podendo diminuir informações redundantes e trazer informações novas aos agentes mais rapidamente. (Granovetter, 1973, 1985).

1.2.1. Redes Sociais como fonte de suporte social

Os indivíduos em sociedade estabelecem entre si numerosas relações, e em diferentes espaços.

Dunst e Trivette (1990), assim como Correia (2007), diferenciam duas fontes de suporte social: informal e formal. Conforme dizem as redes de suporte social informal abrangem, conjuntamente, os indivíduos (familiares, amigos, vizinhos, etc.) e os grupos sociais (clubes, associações comunitárias, desportivas, Igreja, etc.) que são passíveis de fornecer apoio nas atividades do dia a dia em resposta a acontecimentos de vida normativos e não-normativos. As redes de suporte social formal abarcam tanto as organizações sociais formais (hospitais, programas governamentais, serviços públicos) como os profissionais (médicos, assistentes sociais, etc.) que estão organizados para fornecer assistência ou ajuda às pessoas necessitadas, neste particular os imigrantes.

Essas autoras distinguem cinco componentes de suporte social interligados: 1) componente constitucional (inclui as necessidades e a congruência entre estas e o suporte existente); 2) componente relacional (estatuto familiar, estatuto profissional, tamanho da rede social, participação em organizações sociais); 3) componente funcional (suporte disponível, tipo de suporte tais como emocional, informacional, instrumental, material, qualidade de suporte tal como o desejo de apoiar, e a quantidade de suporte); 4) componente estrutural (proximidade física, frequência de contactos, proximidade psicológica, nível da relação, reciprocidade e consistência); 5) componente satisfação (utilidade e ajuda fornecida).

Apresentam ainda várias dimensões de suporte social que se têm mostrado importantes para o bem-estar e conseqüentemente a melhoria de vida das pessoas, e passamos a citar, de entre várias, algumas que consideramos ser importantes para o estudo: 1) Tamanho da rede social, abrangendo o número de pessoas da rede de suporte social; 2) Existência de relações sociais, abrangendo das relações particulares (...) às gerais como as que decorrem da pertença a grupos sociais tais como clubes; 3) Frequência de contactos, para designar quantas vezes o indivíduo contacta com os membros da rede social tanto em grupo como face a face; 4) Utilização, para referir a extensão em que o indivíduo recorre às redes sociais quando necessita; 5) Dependência para exprimir a extensão em que o indivíduo pode confiar nas redes de suporte social

quando necessita. Tais dimensões são importantes na medida em que permitem perceber como funcionam e qual o alcance delas como fonte de suporte social nas relações existentes entre as redes da comunidade imigrante em estudo.

Gurak e Caces (1992), contribuíram para a compreensão do papel das redes em diferentes dimensões do processo migratório. Os autores sugerem que a rede migratória não precisa ser fortemente institucionalizada, mas pode organizar-se em torno de um princípio compartilhado. Isto é, a rede de migração difere de grupos sociais específicos como a família, mas pode sobrepor-se a vários grupos num único processo social.

Dentro da lógica das redes sociais como princípio organizacional compartilhado por indivíduos em diferentes agrupamentos, Gurak e Caces (1992: 155) afirmam que “ao atuar como meio de ligação e mecanismo de transmissão de recursos e informações, as redes de migração exercem uma influência poderosa sobre a seleção de quem migra e quando”. Deste ponto de vista, as redes sociais também poderiam ser entendidas como “causas” da integração/assimilação dos imigrantes na sociedade recetora.

Em *Transplanted Networks* (1990), Charles Tilly estuda os aspetos conceituais das redes sociais no processo migratório. No seu entender, a imigração não é originária de decisões individuais isoladas “porém, a partir de grupos de pessoas unidas entre si através de laços íntimos e destino comum – tão pouco esses grupos são categorias” (1990: 83), e nesse sentido, a migração se apresenta como um processo coletivo de transformação social, onde tais “categorias” são muitas vezes adaptadas e reformuladas no local de destino.

Assim sendo pode dizer-se que as redes são, além de mecanismos que possibilitam o movimento migratório, também estruturas coletivas suscetíveis de mudança e reorganização. Como afirma Tilly (1990: 84), as redes migram e também criam novas categorias. Talvez, por esse constrangimento estrutural exercido largamente pelas redes sociais, pudesse explicar-se algumas das principais motivações individuais para a decisão de migrar, além das razões atrás referidas, como sendo alguns dos motivos da imigração cabo-verdiana.

1.2.2. Diferentes Abordagens de Capital Social e o *djunta-mó*²

A solidariedade, o espírito de pertença, a boa vizinhança, a paz, a amizade, a confiança, o associativismo, a mutualidade informal, o cooperativismo, enfim, a *entrejuda* ou o *djunta-mó* em crioulo, são alguns dos valores socioculturais que fizeram e (ainda) fazem parte do quotidiano dos caboverdianos desde que se formou como povo e como nação livre.

O *djunta-mó* em Cabo Verde é uma estratégia social muito importante, pois inscreve -se numa reciprocidade estrita consubstanciada em força de trabalho. Tendo em conta o clima do país em que a concentração de chuvas é num período anual muito curto, exigindo uma rigidez do calendário agrícola e a realização intensa das atividades de preparar a terra, cultivar e colher. Este sistema é utilizado na agricultura almejando o fortalecimento da estrutura de cooperação alargada e diminuir o tempo da produção.

Segundo Évora (2001), “pelo sistema do *djunta-món*, a transação exige uma reciprocidade absoluta dos fluxos de trabalho e contribui para a coesão e solidariedade sociais, pois reflete as relações igualitárias estabelecidas numa rede social na qual vizinhos e amigos se integram”. Esta situação é possivelmente geradora de um espírito de *entrejuda* cada vez mais forte entre as pessoas e suas redes de relações. Neste sentido Évora (2011), afirma que “o *djunta-món* é um momento de grande encontro e de trocas sociais, quando reafirmam-se laços de solidariedade, de amizade e de contrato social que ultrapassam o núcleo familiar e da comunidade e recolocam os indivíduos na partilha de um mesmo universo de vivências”, acumulando e reforçando o capital social.

Sabe-se que a noção de capital social não é verdadeiramente nova, nem tão pouco recente. O termo capital social limita-se a recuperar uma ideia presente desde os primeiros pressupostos de que o homem é um ser social, razão pela qual, podemos deduzir que em Cabo Verde apesar da expressão capital social só ter sido referenciado a partir dos anos 1990, quando o Banco Mundial passou a distinguir, na avaliação de projetos de desenvolvimento, quatro formas de capital: 1) capital natural, isto é, os recursos naturais de que é dotado o país; 2) capital financeiro, aquilo que é produzido

² O sinónimo genuíno de solidariedade e do espírito de *entrejuda* em crioulo caboverdiano. A expressão assume diversas formas na escrita, pois existem diferentes variantes no crioulo caboverdiano. Nós utilizamos a variante da ilha de Santiago e a autora citada a variante da ilha da Boa Vista. As diferenças verificam-se apenas na escrita, pois traduzem o mesmo significado.

pela sociedade e que se expressa em infraestruturas, bens de capital, capital financeiro, imobiliário, entre outros; 3) capital humano, definido pelos graus de saúde, educação e nutrição de um povo; 4) capital social que expressa, basicamente, a capacidade de uma sociedade de se estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vista a produção de bens coletivos. A vida social, a forma de relacionamento, a “morabeza³”, a maneira de viver e de estar dos caboverdianos em fim o *djunta-mó*, poderá confirmar a existência efetiva dos pressupostos que norteiam a noção de *capital social*, reconhecidamente aceites na definição de Putnam (1993, p.152).

Segundo Putnam (1996, p.66), capital social pode ser definido como “características da vida social – redes, normas e confiança – que capacitam os participantes a agir, mais eficazmente, em conjunto para perseguir objetivos partilhados”. O indivíduo é visto em interação, como um construtor de laços de coesão, a partir dos quais facilita ações coordenadas para lidar com dilemas coletivos.

Na maior parte dos estudos sobre o tema, destacam-se três teóricos ligados ao conceito de capital social (Durstun, 2002), e são os seguintes: James Coleman; Robert Putnam e Pierre Bourdieu. James Coleman, aplica o conceito na área da educação e analisa o seu papel no crescimento do capital humano, em uma abordagem baseada na escolha racional. Para este autor, o capital social é um recurso para o indivíduo que pertence a uma determinada estrutura. Robert Putnam centrou o conceito na compreensão da participação e engajamento da sociedade e os seus efeitos nas instituições democráticas e na qualidade do governo em algumas regiões da Itália. As normas e redes de intercâmbio entre indivíduos são as bases que sustentam um recurso coletivo, como afirmam Coleman e Putnam. Já Pierre Bourdieu defende o capital social como o somatório dos recursos resultantes da existência de uma rede de relações de reconhecimento mútuo formalizada em campos sociais. Cada campo social caracteriza-se como um espaço onde se manifestam relações de poder, o que significa dizer que os campos sociais se estruturam a partir da distribuição desigual de um *quantum* social que determina a posição que cada agente específico ocupa em seu interior. Esse *quantum* é denominado de capital social por Bourdieu (1985). A estrutura do campo é composta, por dois pontos opostos: o dos dominantes e o dos dominados. Os agentes que ocupam o primeiro ponto são justamente aqueles que possuem um máximo de

³ Expressão crioula que expressa o sentimento de amizade, a boa maneira de receber e de tratar as pessoas.

capital social, enquanto os que se situam no ponto dominado definem-se pela falta ou pela carência do capital valorizado no espaço específico do seu campo de pertencimento e, por sua vez, na sociedade como um todo (Bourdieu, 1985).

Além destes três contributos, Narayan (1999), chama de *bonding social capital*, reportando-se ao “capital social de ligação” que permite que os grupos se mantenham unidos através de valores, normas e instituições compartilhados. Chama a atenção, no entanto, que os membros desses grupos podem estar excluídos de outros grupos, ocorrendo a carência de *bridging social capital*, referindo-se ao “capital social de ponte” que leva os membros de um determinado grupo a participar de grupos heterogêneos, que são de natureza mais frágeis, mas que, entretanto, mais provavelmente impulsionarão a inclusão social. Os mesmos laços que ligam também podem excluir. Grupos poderosos podem restringir o acesso (exemplo do rígido sistema de castas na Índia). Esta rede ainda possui características horizontais. Assim, para se perceber o seu alcance, deve-se identificar laços com indivíduos que estejam em posição de autoridade, isto é, que podem intermediar recursos adicionais para o desenvolvimento da comunidade, é o que Narayan chama-se de *linking social capital* ou “capital social de conexão”.

Para a comunidade imigrante em estudo, a situação ideal é ter o seu capital social dividido entre essas três formas de redes sociais, uma vez que cada uma delas responde por aspetos importantes para o sucesso da comunidade como sendo a confiança e o comprometimento; a ampliação das fontes de informações e do conhecimento; e o acesso às instituições e ao poder (Marteleto, Silva, 2004, p.44).

Retomando Putnam (1993, pp.173-175), ele centra o seu interesse naquilo a que chama “compromisso cívico” (*civic engagement*), isto é, o nível de participação social em organizações/instituições de pequena escala e pouco hierarquizadas (ex.: clubes, associações, igrejas, etc.) onde não existe uma definição rígida de papéis e funções sociais, mas que contribuem para o progresso económico ao gerarem normas de reciprocidade generalizada, ao permitirem a difusão de informação e, por fim, ao mostrarem aos indivíduos algumas formas de colaboração para o reforço da coesão social através da partilha de informação e valores no âmbito das redes sociais. Para este mesmo autor, conforme Correia (2007, p.97), indivíduos isolados com uma forte componente cívica não tornam uma sociedade rica em capital social. São as redes sociais

ou estruturas sociais de cooperação que se estabelecem entre os indivíduos que produzem o capital social, já que este é uma característica da sociedade que se encontra nas relações entre os indivíduos e não nos indivíduos em si, como acontece com o capital humano e/ou o cultural.

1.3. Em torno da ideia de Mobilidade Social

Um outro conceito central para este estudo é a mobilidade social. Para Ferreira *et al.* (1995, pp.371-378), “de entre múltiplas possibilidades de conceptualização, podem ser identificadas três grandes perspetivas de análise da mobilidade social: as teorias funcionalistas; as teorias da reprodução das desigualdades; as teorias liberais”. Essas últimas valorizam o papel de cada indivíduo no processo de aquisição de recursos facilitadores da mobilidade e as oportunidades existentes nas sociedades contemporâneas, enquanto as teorias da reprodução enfatizam o peso dos fatores estruturais e argumentam que as oportunidades de mobilidade são limitadas pela reprodução de mecanismos que asseguram a manutenção da hierarquia social. Por sua vez, a teoria funcionalista de Sorokin (*cit. in*, Albuquerque, 2008) realça a função do contexto histórico e social que podem possibilitar a mobilidade social.

Segundo Albuquerque (2008), a mobilidade social refere-se à mudança de posição social do indivíduo, a qual pode ser ascendente, por melhoria das condições de vida; descendente, se o efeito for o oposto; ou horizontal, implicando uma alteração que não acarreta perdas ou ganhos substanciais para o indivíduo.

No caso da comunidade imigrante em estudo, Machado (2005 *et al. cit. in*, Albuquerque, 2008, p.129) afirma que “os Caboverdianos, não obstante um grande número ter conseguido progredir no sentido de uma certa estabilização da situação profissional, enfrentam a persistência de precariedade laboral após longos períodos de residência e observam-se raros casos de verdadeira mobilidade social ascendente”, situação que exploramos adiante.

As noções referenciadas, estão associadas ao conceito de trajetória social, que permite “interligar uma dada posição social («pertença de classe») com um percurso individual [devendo] ser subdividido em *trajetórias individuais*, quando deparamos com processos isolados de movimentação social e, mais globalmente, *trajetórias de classe* [que] captam,

(...), as mobilidades de tipo coletivo, históricas e estruturadas” (Ferreira *et al. op. cit.* p, 368).

A definição da posição social do sujeito ou da pertença de classe, e a conseqüente diferenciação entre estratos sociais, varia consoante as propostas teóricas mas o elemento-chave é a inserção socioeconómica dos indivíduos. Esta deve ser entendida como um “indicador sintético e integrador” (Costa 1999, p.208), definido com base na articulação de um conjunto de indicadores fundamentais relativos à situação socioprofissional e socioeducacional do indivíduo, tais como a profissão ou a situação face à profissão, o rendimento e o nível de escolaridade ou qualificação. Consoante as teorias e os objetos de estudo, podem ainda ser incorporados outros fatores como o nível de autoridade inerente à profissão desempenhada e a dimensão das empresas (Ferreira *et al. op. cit.* p.p.394-396). Não obstante esta diversidade conceptual, o que importa salientar é que a posição social deve ser entendida como expressando a multidimensionalidade das relações de classe (Costa, *op. cit.*, p. 211).

Ligado ao conceito de posição social, encontra-se o conceito de *status*, que se desdobra em *status* atribuído e *status* adquirido: por um lado, o primeiro salienta a herança da condição social de origem, por outro, o segundo tem subjacente a ideia de conquista de um novo estrato (Ferreira *et al. op. cit.* p.368). Este segundo parece-nos que se adequa à comunidade imigrante em estudo, pois, ela é reconhecida desde sempre como uma comunidade de gentes “trabalhadoras” e honestas, que luta pelos seus objetivos (uma vida melhor), umas vezes alcançadas e outras defraudadas.

Este conceito remete para um ainda maior número de eixos de diferenciação social, para além dos já expostos acima, que podem resultar de atributos sociais como o género, a pertença étnica, a idade, a sexualidade, a deficiência, a imigração etc., e que interferem nas oportunidades de mobilidade.

Segundo Biagioni (s.d), as desigualdades de oportunidades de mobilidade social refletem a desigualdades de condições sociais. As desigualdades de condições podem ser: a) recursos individuais como as características adquiridas ou; b) gerado por aspectos institucionais, como políticas públicas, que influam no aumento ou redução dos recursos.

Diz ainda o autor, que a migração procura no destino social aumentar os efeitos dos recursos previamente incorporados, aumentando as oportunidades de ascensão social. Ou seja, o migrante busca ativamente no mercado de trabalho de destino melhores oportunidades de inserção social em relação às oportunidades que tinha na origem. Migrar, neste sentido, não se trata de um recurso em si, mas a busca de inserção social num contexto social mais favorável e a conquista de melhores condições de vida.

Esta busca é, portanto, um comportamento racional adaptativo. Os aspectos institucionais, particularmente o Estado e mercado, também influem na dinâmica migratória por gerar desequilíbrios regionais do desenvolvimento económico e, conseqüentemente, forças de atração e expulsão de populacional (Cano, 2007, *cit. in* Biagioni, s,d)). Afirmação que vai ao encontro das supostas razões que motivam a imigração, não só em Cabo Verde, como no mundo.

2. MATERIAL E MÉTODOS

2.1. Justificação, Pertinência e grandes linhas de enquadramento do Estudo

Este estudo pretende compreender diferentes dimensões que interpelam o campo da imigração, evidenciando sobretudo a relevância das redes sociais e do capital social na mobilidade social dos imigrantes caboverdianos residentes na zona de Cacém, Portugal.

O Concelho de Sintra é o terceiro concelho mais populoso, no conjunto da Área Metropolitana de Lisboa (AML), devido ao contributo dado pelas freguesias que constituem a cidade do Cacém. É neste contexto que se apresenta a cidade de Agualva-Cacém, com uma população estimada em 100.000 habitantes. Segundo os Censos de 2001, 7808 cidadãos estrangeiros correspondente a 9,5% da população residente e dentre estes 66,4% é dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e 6% são do Brasil. Tem uma área total de 10.507 Km², situada a sudeste do concelho de Sintra. Desenvolveu-se, inicialmente, com base no eixo ferroviário suburbano e foi, depois reforçada com o eixo rodoviário mais importante no crescimento desta área – IC19. São estas as infraestruturas viárias que asseguram as ligações entre a sede do concelho e a capital, Sintra e Lisboa.

Um conjunto considerável de estudos sobre a composição social de populações imigrantes tem sido feito de forma continuada, sobre a imigração em geral (Saint-Maurice & Pires, 1989; Esteves, 1991), sobre a imigração caboverdiana (Amaro 1985, 1986); (...) brasileira (Casa do Brasil, 2004), são exemplos de alguns autores referenciados por Machado & Abranches (2005, pp. 69-91).

O presente estudo singulariza-se pelo facto de investir numa temática relativamente à qual não abundam estudos prévios, pressupondo que não tem sido alvo de uma análise aprofundada, reportando no mesmo debate quatro questões tão atuais, quanto importantes na atual conjuntura socioeconómica, para a sociedade em geral e, para o Serviço Social em particular, pois, a imigração é uma importante expressão da questão social. Parece ser central o debate entre as preocupações do tema apresentado, seja como área de conhecimento ou como área de intervenção na questão social, objeto da profissão de Assistente Social. O interesse particular em criar um “olhar” mais dirigido

sobre a relevância das redes sociais e capital social na mobilidade social dos imigrantes caboverdeanos na comunidade de Cacém é, por um lado, devido a um número significativo de imigrantes que vivem neste território e, por outro, ao incipiente conhecimento socioacadémico, com que se depara, por parte dos académicos que privilegiaram sempre as zonas consideradas de maiores problemas sociais como: Cova da Moura, Buraca, Pontinha, Damaia, Amadora e Oeiras, as duas últimas objetos de estudo do sociólogo caboverdeano Sousa (2003, p. 113). De salientar também que, pertencemos a uma família com longa tradição na imigração o que nos despertou algum interesse para este estudo no sentido de trazer para o debate científico algumas questões que afloram no senso comum.

O estudo reveste-se, pois, de suma acuidade académica na medida em que para além de se reportar a uma pertinência relacionada com dinâmicas sociais bastante atuais, traduz a necessidade de compreendermos os seus impactes na vida das pessoas e contribuir, dentro das suas limitações, para futuros interessados nesta área.

2.1.2. Questão de partida

Para Minayo (1993, p.23), a pesquisa é uma atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade (...) que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente, uma vez que as descobertas são sempre renovadas. Todas as análises dela decorrente apresentam várias implicações apreciativas e analíticas, cabendo ao pesquisador (...) explicar com segurança suas descobertas através do conhecimento científico. Assim, normalmente a pesquisa inicia-se com um problema ou indagação e torna-se necessária a utilização de procedimentos científicos. Neste sentido, entendemos destacar a seguinte pergunta de partida: ***“Qual a relevância das redes sociais e do capital social no processo de mobilidade social na comunidade imigrante caboverdeana, no Cacém”?*** Esta pergunta é suportada por algumas perguntas que servem como linhas orientadoras, que garantam a dinâmica e a composição da pesquisa (ver o ponto 1.2 em anexo).

2.1.3. Objetivos

Segundo Quivy e Campenhoud (2003) não é fácil traduzir o que vulgarmente se apresenta como um foco de interesse ou uma preocupação relativamente vaga numa investigação operacional. O investigador deve obrigar-se a escolher um fio condutor tão claro quanto possível, para que seu trabalho se estruture com coerência.

Portanto, como **objetivo geral** pretendemos Compreender a relevância das redes sociais e do capital social no processo de mobilidade social na comunidade imigrante caboverdiana, no Cacém. Neste sentido, definimos os seguintes **objetivos específicos**:

- Analisar a trajetória de vida dos imigrantes da comunidade em estudo;
- Analisar a centralidade da provisão de recursos sociais a partir das redes sociais e a produção de capital social na trajetória do imigrante;
- Analisar a participação social dos imigrantes nas organizações comunitárias;
- Analisar se a provisão informal e a produção de capital social potenciam trajetórias de mobilidade social ascendente.
- Analisar a perceção do imigrante sobre a mobilidade social na comunidade;
- Analisar as perspetivas dos imigrantes sobre a ideia mobilidade social.

2.2. Tipo de Estudo

Optamos pela pesquisa qualitativa, uma vez que acreditamos ser o mais adequado para este tipo de estudo.

Conforme Gaskell (2002) a entrevista qualitativa fornece dados básicos para o desenvolvimento e (...) objetiva-se na busca detalhada das crenças, atitudes, valores e (...) em contextos sociais específicos.

Deste modo consideramos pertinente realçar três pressupostos que fundamentam, segundo Martinelli (1999), o uso de metodologias qualitativas de pesquisa e que reconhecemos neles extrema relevância para o nosso estudo. O primeiro pressuposto é "o de reconhecimento da singularidade do sujeito", argumentando que, "cada pesquisa é única, pois se o sujeito é singular, conhecê-lo significa ouvi-lo, escutá-lo, permitir-lhe

que se revele”, indo “ (...) ao contexto em que vive sua vida”. Em consequência disso, o segundo pressuposto “é que essas pesquisas partem do reconhecimento da importância de se conhecer a experiência social do sujeito” e não apenas as suas circunstâncias de vida, envolvendo, conforme Martinelli (1999), seus sentimentos, valores, crenças, costumes e práticas sociais quotidianas. Portanto, expressando o terceiro pressuposto no “reconhecimento de que conhecer o modo de vida do sujeito pressupõe o conhecimento de sua experiência social”. Podemos afirmar que, nesta metodologia de pesquisa, a realidade do sujeito é conhecida a partir dos significados que por ele lhe são atribuídos, sendo que “este é fundamentalmente o motivo pelo qual se privilegia a narrativa oral” (Martinelli, 1999, p. 23).

Minayo (1994, p.22) defende que a abordagem qualitativa “aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas”. Por isso, podemos dizer que, “a análise qualitativa busca apreender em profundidade os significados e as relações sociais que conformam a prática dos atores sociais, numa perspectiva dialética que focaliza indivíduo e sociedade, estruturas e sujeitos” (Haguete, 1987).

A opção por esta metodologia qualitativa revelou-se eficaz nas fases que consideramos essencial na presente investigação. Ouvir os imigrantes, os caminhos percorridos por eles, perceber como as redes e capital sociais foram sendo tecidas ou não, a percepção da mobilidade social, deu-nos condições de vislumbrar os efeitos da ação humana na qual os sujeitos puderam participar. (ver o ponto 1.1 em anexo)

Para realização da pesquisa utilizamos a entrevista semiestruturada na recolha de informação, uma vez que facilita, não só, uma interação entre entrevistador e o entrevistado, como também, a recolha de informações com maior profundidade e a possibilidade de clarificar alguma dúvida caso surja.

Posto isso, elaboramos um guião de entrevista (ver o ponto 1.1 em anexo), onde privilegiámos os elementos essenciais que almejávamos questionar na entrevista. A construção do guião se revela importante, pois, deve estar orientado para “clarificar os objetivos e as dimensões da análise que a entrevista comporta” (Guerra, 2010, p.53), organizando-se de acordo com modelo de análise construído. As entrevistas foram realizadas entre os meses de junho e princípios de agosto, de duração variável, sendo

que a mas longa teve a duração de 41 minutos e a de menor tempo de 20 minutos aproximadamente. Todas elas foram gravadas e transcritas na íntegra, de forma a garantir com segurança qualquer perda de informações importantes.

2.3. Participantes

2.3.1. Amostragem

De acordo com a metodologia que utilizamos neste estudo, a escolha dos instrumentos está diretamente relacionada aos objetivos definidos e os resultados alcançados. Não falamos com um número grande de sujeitos, devido à necessidade de aprofundarmos o conhecimento em relação aos sujeitos com os quais dialogamos. O importante, diz Martinelli (1999), “não é o número de pessoas que vai prestar a informação, mas sim o significado que esses sujeitos têm, em função do que estamos buscando com a pesquisa”. Isso permitiu-nos aprofundar efetivamente, na relação sujeito-sujeito, o nosso objeto de análise.

Os critérios para a seleção da amostra foram previamente delimitados, tendo optado por selecionar os indivíduos segundo os seguintes critérios: que tenha a nacionalidade caboverdiana; que tenha vindo de Cabo Verde, já com a maioridade; que resida na localidade de Cacém, que tenha disponibilidade e aceite colaborar no estudo.

Inicialmente optamos pela técnica chamada “bola de neve”, que consiste em entrevistar uma primeira pessoa, e a partir dela, por sua indicação, conseguir sinalizar uma outra e assim sucessivamente, até se atingir ao número de entrevistas desejado. Infelizmente não nos foi possível implementar esta técnica, porque nenhuma das duas pessoas com quem abordamos queriam indicar outras, alegando não poderem decidir por outras. Decidimos então, por uma abordagem de aproximação com as pessoas nas ruas, uma vez que já nos encontrávamos a residir na zona, optando por uma amostragem por conveniência. Como procuramos uma aproximação a significados e vivências, tivemos a possibilidade falar com os sujeitos com quem pretendíamos realizar a nossa pesquisa, entrevistando-os em suas casas.

Apesar de referir que o importante não era o número de entrevistados, o ideal era fazer as entrevistas que permitissem chegar ao ponto de saturação relativamente às

categorias centrais em análise, por isso não foi estabelecido um número mínimo nem máximo de entrevistados. O ponto de saturação é usado para estabelecer ou delimitar o tamanho final da amostra em estudo, abdicando de mais participantes no estudo, por se acreditar que pouco ou nada acrescentaria ao material já obtido (Martinelli, 1999, p. 24). No entanto, apesar dos esforços, por constrangimentos inerentes ao próprio processo de investigação, não nos foi possível conseguir atingir o ponto de saturação em algumas categorias.

2.3.2. Questões Éticas na Recolha de Informação e Procedimentos Metodológicos

Qualquer que seja um trabalho de pesquisa exige colaboração de pessoas (além do pesquisador) para a sua efetivação, ainda mais uma pesquisa de cariz social e qualitativa, que envolve seres humanos aos quais não podemos desligar dos aspetos sociais a eles inerentes. Ao longo da pesquisa fomos confrontados com o dilema de assegurar a confidencialidade e o anonimato dos participantes (Flick, 2006). É por esta razão que um estudo desta natureza deve, firmar um “contrato de entrevista” (Bertaux, 2005, p. 39), por uma questão metodológica, mas também, por “princípios éticos” (...) pois asseguram o respeito pelos direitos dos indivíduos que nela participam voluntariamente (Flick, 2006. p.p. 44-52), consciente de que a “responsabilidade ética deve andar a par com a preocupação científica” (Erikson cit. in Lessard-Hébert, 1994, p.84). Por outro lado, May (2004) alerta para que teorias, ética, valores e métodos não sejam considerados tópicos distintos e desvinculados do mundo social no qual o pesquisador esteja inserido.

Seguindo Flick (2006, p. 49), conseguimos o “consentimento informado” que é equivalente a um acordo com os participantes de forma a explicitar as responsabilidades de cada uma das partes (Carmo, Ferreira 1998, p.265).

Além das questões referidas atrás, tivemos também dificuldades na transcrição das entrevistas. As entrevistas foram feitas e respondidas em crioulo, língua materna dos entrevistados, trazendo-nos dificuldades acrescidas na elaboração deste estudo. De salientar que optamos por fazer as entrevistas em crioulo porque o investigador é de naturalidade caboverdiana e domina o idioma e é este o que melhor os participantes dominam e disseram sentir-se mais à vontade, por isso alertamos que ao longo da

análise transcrevemos algumas frases ou expressões em crioulo. Outro contratempo foi, em encontrar pessoas disponíveis para participar no estudo, temendo o rompimento da confidencialidade, atendendo à atual situação de crise por que passam, tentam ao máximo evitar a “exposição” pública.

2.3.2. Características da Amostra

Neste estudo a amostra é composta por 4 indivíduos do sexo feminino e 1 do sexo masculino. Todos nascidos em Cabo Verde, tendo residido no seu país de origem até pelo menos aos 18 anos. Os entrevistados estão numa faixa etária compreendida entre os 24 e os 60 anos. No que tange às habilitações literárias todos são alfabetizados, excetuando a entrevistada de 60 anos que não tem nenhuma habilitação. Dos outros o único homem tem o 4º ano, duas com o 6º ano e uma com o 10º ano de escolaridade. Todos os entrevistados encontram-se em Portugal no mínimo há 6 anos e o mais antigo há 19 anos, sendo que a que se encontra no país há menos tempo ainda não se encontra legalizada. Profissionalmente, entrevistámos um pedreiro, que se encontra desempregado e sem nenhum subsídio estatal, enquanto as senhoras a maioria trabalha como empregadas de limpeza e/ou domésticas.

Quadro 1 – Caracterização dos participantes

	Idade	Tempo de permanência em Portugal	Ilha e concelho de origem em C.Verde	Sexo	Escolaridade	Situação Profissional	Profissão
E 1	24 anos	6 anos	Santiago / Stª. Cruz	Fem.	6 ano	Desempregada	Empreg. doméstica
E 2	25 anos	7 anos	Santiago/ Stª. Catarina	Fem.	7º ano	Empregada	Empreg. doméstica
E 3	60 anos	16 anos	Santiago/ S. Domingos	Fem.	Não tem	Empregada	Emp. de limpeza
E 4	44 anos	19 anos	Santiago/ S. Miguel	Masc.	4º ano	Desempregado	Pedreiro
E 5	45 anos	7 anos	Santiago/ Praia	Fem.	6º ano	Empregada	Supervisora fabril

3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Ora iniciamos a análise do presente trabalho com o estudo sobre o material que recolhemos, na medida em que “explicar um fenómeno social qualquer é sempre fazer dele o resultado de ações e de comportamentos que é preciso compreender. Por certo, esses princípios são, conforme o caso, de aplicação mais, ou menos, difícil” (Boudon, 1989, p.17).

Procedemos, assim, à apresentação e análise daquilo que conseguimos retirar das entrevistas realizadas com os imigrantes que participaram neste estudo, no intuito de, não só, responder à nossa questão de partida, como aos objetivos geral e específicos. Começaremos a análise dos discursos dos entrevistados pelos conceitos e respetivas dimensões que inicialmente foram tidos em conta na altura de elaboração do guião de entrevista. Alertamos que todos os nomes utilizados neste estudo é fíctício e que utilizamos a letra “E” em substituição aos nomes dos entrevistados, numerado de 1 a 5 conforme a sequência das entrevistas realizadas .

Os resultados estão organizados de acordo com aquilo que foi delineado orientados por três importantes dimensões no processo de imigração, a saber: 1- Redes Sociais; 2- Capital Social; 3- Mobilidade Social. Em cada uma dessas dimensões tentaremos, ao longo desta análise, perceber suas relevâncias e em que medida se manifestam no quotidiano dos imigrantes e como são percecionados por estes.

Quadro 2. Categorias analisadas

Dimensões/ Categorias	Indicadores	Recursos
Redes Sociais	Relações informais (entre familiares ou amigos), ou formais (enquadradas institucionalmente, colegas da escola, do trabalho ou de outro tipo de organizações	Conhecimentos, informativos e materiais
Capital Social	Nível de Confiança, a solidariedade e o “djunta-mó”. Nível de participação social dos emigrantes	Emocionais e cívicos
Mobilidade Social	Mobilidade social: ascendente (melhor condição de vida); descendente (se o efeito for o oposto); ou horizontal, (não acarreta perdas ou ganhos)	Materiais

Tentamos, no que concerne à **1ª dimensão Redes sociais**, através do material recolhido compreender de que forma as diferentes de redes (formais e informais) e a participação proporcionam ou não a produção de capital social na trajetória dos imigrantes. Por sua vez a **2ª dimensão capital social**, os aspetos como: a confiança, a solidariedade, a entreajuda e o djunta-mó, considerados fulcrais (Putnam (1996, p.66) para a efetivação deste importante elemento de fortalecimento de redes sociais, foram também analisados. Na **3ª e a última dimensão a mobilidade social**, em que se destacam os aspetos onde, além de tentar perceber as perspetivas dos imigrantes quanto à sua mobilidade social, tenta perceber qual a direção tomada no que diz respeito a este aspeto da vida social do imigrantes, se ascendente (melhoria das condições de vida); descendente (perda de qualidade de vida) e /ou horizontal, mantendo a posição inicial de origem. Posto isso, passamos a analisar as ditas dimensões em títulos e por pontos que se seguem abaixo, discutindo-as com o material das entrevistas realizadas, de acordo com alguns autores que estudaram sobre o assunto. De salientar ainda que, ao longo das entrevistas, não surgiram outras categorias dignas de registo.

3.1. Centralidade da provisão de recursos sociais a partir das redes sociais e a produção de capital social na trajetória do imigrante

A imigração é como já referido, “um fenómeno social e demográfico complexo, pois ao mesmo tempo em que um fluxo migratório possui características universais e estruturalmente semelhantes a outros fluxos, ele desenvolve histórica e socialmente sua singularidade” (Fazito, 2010, p. 90).

O caso Caboverdiano apresenta similitudes em relação a outras paragens, possui peculiaridades próprias de um país arquipelágico com uma sociedade onde ainda predominam valores como a solidariedade, a entreajuda e o *djunta-mó*. Assim, a forma de viver e de conviver das pessoas, leva a que relação familiar e de amizade (redes informais) sejam geralmente percebidos como muito fortes, potenciando e fortalecendo os laços familiares e de amizade, o que facilita e propícia não só a deslocação dentro e/ou entre ilhas, como também além-fronteiras. As citações apresentadas de seguida corroboram o atrás exposto.

“Eu vim para estudar, fui inscrever-me na Câmara municipal de Sta. Cruz e chamaram-me e vim para o curso, só que eu após dois meses saí (...) Tinha familiares que podiam ajudar-me mas... eu saí e procurei trabalho e trabalhei” (E1, 2012).

“A oportunidade surgiu porque eu tinha uma filha doente e então trouxe-a para fazer o tratamento” (E3,2012).

“A oportunidade de emigrar surgiu porque eu tenho uma prima que vive na Suíça e ela me mandou a documentação e fui para Suíça e depois aqui para Portugal à procura de legalização, com a intenção de voltar para a Suíça mas não foi possível e, acabei por ficar aqui” (E4,2012).

“Foi uma sr.^a é que me mandou buscar para vir trabalhar com ela e, pronto fiquei com ela (...) essa foi a principal razão para a minha imigração, ou seja, vir trabalhar e procurar melhores condições de vida” (E5, 2012).

Esses trechos confirmam a diversidade das motivações e o papel da rede informal, neste caso a familiar, no processo imigratório desses imigrantes. Além disso, segundo Grassi (2006) “a escassez de recursos naturais e as secas periódicas e constantes levaram sempre a população – maioritariamente a masculina - a emigrar”. Afirmação confirmada pela maioria dos entrevistados ao dizerem que o motivo principal da sua imigração é:

“ (...) Trabalhar e procurar uma vida melhor do que levava em Cabo Verde” (E2, E4 e E5, 2012).

O fenómeno de imigração na comunidade Caboverdiana em Portugal parece ser fortemente influenciado pelas redes de parentesco, pois, “as redes caboverdianas são baseadas sobretudo na família e acompanham o conceito de família alargada, no polo oposto da família nuclear europeia, resultando naquilo a que maior parte dos autores refere como “comunidade” (Grassi, 2006 p.30)”. Questão talvez reforçada, *não só*, com a Lei de Estrangeiros (Lei 23/2007, de 4 de julho⁴), “ (...) ao permitir o reagrupamento familiar com membros da família que se encontrem em território nacional, sem restrições quanto à legalidade da permanência, o que é mais conforme à realidade social e à proteção do direito fundamental à vida familiar”(SEF. 2007, p.1), *como também*, com uma influência significativa de rede de amizade existente nesta comunidade, uma vez que, “os laços de sangue na diáspora nem sempre são o fator mais importante para a gestão da solidariedade e da entreaajuda” (Grassi, p.30).

⁴ veja-se o Capítulo VI - Residência em território nacional, Secção IV - Autorização de residência para reagrupamento familiar, Artigo 101.º - Condições de exercício do direito ao reagrupamento familiar.

De acordo com o atrás referido por Fontes & Portugal (2009), Barnes separa dois campos, (territorial e industrial), com base nos quais se estabelecem as relações entre os indivíduos. O campo territorial referenciado por Barnes (citado por op. cit) é, perfeitamente aplicável ao nosso estudo, se levarmos em conta que, todos os nossos entrevistados pertencem o mesmo território geográfico de origem. Todos vieram da ilha de Santiago e a maioria de zonas rurais, fazendo assim trajetórias idênticas até ao país de destino. Mas, apesar disso, e dando razão ao autor “a maioria das ações individuais não se pode ser compreendida (somente) com base na pertença territorial ou industrial”. É o terceiro campo que se afigurou muito importante neste estudo, uma vez que, das entrevistas realizadas conseguimos apreender que as relações de amizade (principalmente) e de conhecimento entre os imigrantes são muito forte, apesar dos entrevistados apresentarem um leque reduzido de amigos.

“Sim se precisar de ajuda eu conto com eles sempre. Tenho amigo e amigas em que se eu precisar eles podem-me ajudar, e estou me a referir de amigos fora da esfera familiar, porque no início foi apoio de familiares e agora já tenho amigos e antes de chegar nos familiares eu vou nos amigos e eles ajudam-me. Tenho amigos de diversas nacionalidades como portugueses, caboverdianos como eu, são-tomenses, guineenses, angolanos e todos eles” (E1, 2012).

Segundo Gurak, Caces apud Fazito (2002), “o processo migratório, de modo geral, envolve certas relações de interesse, entre aqueles que chegam e os outros residentes no lugar. A existência de redes sociais na imigração no local de destino significa sua necessidade, a demanda por elas, e sua importância na resposta às tensões e aos conflitos, os quais precisariam ser superados de forma compartilhada, pois, assim, seriam mais eficientes do que a adoção de soluções individuais”.

Exemplo disso é que a maioria dos entrevistados afirma ter familiares e amigos na imigração e que estes tiveram influência na sua decisão e um papel importante no acolhimento durante, os primeiros tempos.

Como relata a E1, afirmando que, “Não, se não tivesse eles aqui não pensava em emigrar, porque sem eles aqui eu não teria o termo de responsabilidade foi o meu tio é que me mandou para poder vir”.

Realçamos ainda importância das redes familiares e sociais nas respostas às dificuldades sentidas pelos imigrantes no local de destino, “ (...) porque se a minha tia e o meu tio não estivessem cá e se não fossem eles seria muito complicado para

mim, graças a eles (...) consegui trabalhar e hoje levo a minha vida para frente” (Fala de E1, 2012).

Também E4 afirma, *“graças ao meu irmão, se não fosse o meu irmão e os meus primos não teria conseguido, também alguns amigos. Mas contava mais com o meu irmão e os meus primos, os familiares mais chegados”.*

A provisão de recursos sociais a partir das redes sociais e a produção de capital social, neste estudo revela-se, além de evidente, nas redes familiares e de amizade, essencialmente, revela-se dizíamos nós, de suma importância na trajetória dos imigrantes entrevistados, embora com alguns condicionantes de relevo para a produção do capital social, como são os casos de (falta) de confiança, de participação e de algum défice de solidariedade, espelhados nas entrevistas. Por isso, devemos alertar e ter em conta que “as redes se constituem em canais pelos quais passam informações, comunicação e conhecimento” (Castells, 2002; Sen, 2000), o que não se constata na comunidade em estudo pelos condicionantes acima referidos. As seguintes afirmações, de alguns dos entrevistados, ilustra a evidência e a relevância das redes sociais:

“Em princípio vivia com a minha madrasta e quando decidi fazer a minha própria vida procurei emprego nas empresas com conhecimentos de amigo e foi assim” (afirma E2, 2012).

“Tive apoio sim de pessoas amigas e vizinhos que me deram panelas, pratos, colheres até lençóis, etc. (...) “n’ tinha fronta na nha cabeça”, uma amiga (vizinha) minha disse-me: - oh “Rosa”, vamos procurar emprego lá no Colombo e eu respondi: - olha preciso mesmo, então agente foi e a encarregada (...) no mesmo instante deu-me a bata vesti e comecei a trabalhar até hoje” (desabafo de E3, 2012);

“Tenho amigo e amigas em que se eu precisar eles podem-me ajudar, e estou me a referir de amigos fora da esfera familiar, porque no início foi apoio de familiares e agora já tenho amigos e antes de chegar nos familiares eu vou nos amigos e eles ajudam-me” (fala de E1, 2012).

Percebemos que a rede familiar funciona, muitas vezes, apenas como um “íman”, exercendo fortes influências na decisão de quem *ainda* emigra. Das entrevistas feitas, a maioria admite ter familiares e/ou amigos aqui, o que pesou na decisão de emigrarem.

Como atesta E1 ao dizer, *“Sim eu tinha aqui, o meu tio e a minha tia e tinha uma amiga (minha prima) ”.*

Mesmo admitindo que a rede familiar é importante para os entrevistados no momento de chegada ao país de destino, para se estabelecerem e organizarem as suas vidas (o

emprego e a habitação por exemplo), nota-se que não existe um grande espírito de entreajuda, de solidariedade e de *djunta-mó* entre os imigrantes, principalmente entre a rede familiar como supostamente era de se esperar e se acredita no senso comum. Qualidades que (se acredita) sempre fizeram parte de características socioculturais dos caboverdianos.

“Eu a família que tenho cá, durante todos esses anos que eu estive cá nunca encontrei, (...) exceto um irmão que se encontra em França (...) e os restantes que estão aqui passo anos e mais anos não os vejo (desabafou E3) ”.

“Não, alias tinha família aqui mas, viviam na ilha da Madeira e tinha um irmão da minha mãe em cascais mas, eu não o conheço (disse E5) ”. Por exemplo E2, questionado se, “Quando cá chegou contou com apoio de alguém (familiares, amigos, conhecidos e/ou instituições) para arranjar emprego, habitação e tudo o que precisava para se estabelecer?” Respondeu que, “ *em princípio vivia com a minha madrasta (...) além de pessoas imigrantes, tive amigos, mas já familiares não porque, não tenho muita proximidade com a minha família a maioria vive fora e no Norte e em outros lugares.*

Ou seja, isto mostra-nos que as redes familiares são muito importantes mas, funcionam mais como “*pull factors*” para os emigrantes nos primeiros tempos, deixando-se sobrepor, em grande parte, por outras redes informais como, a de amizade. Apesar disso, os entrevistados admitem que nunca há um corte total com a rede familiar e reconhecem a sua importância nos momentos de maior vulnerabilidade.

Pois, no entender de E1, “*Os familiares, não afastamos (...), no início era a eles é que eu tinha e nunca afasto deles porque sempre recordo dos apoios que eles me deram no início, mas, só que fiz novas amizades e (...) minha tia foi para França, ficamos mais distantes e neste momento conto com esses amigos mais do que eles*”.

E replica a E2, “*Atualmente conto com as minhas amigas a “Lúcia”, a minha amiga em Queluz e a minha cunhada*”.

Na nossa opinião esta situação verifica-se porque o contexto socioeconómico existente entre o país de origem e o de acolhimento é totalmente diferente. Pelo que percebemos das entrevistas, estes parecem não ter tempo para manter as ligações tão fortes quanto aquelas que existem em cabo Verde. Muito por culpa de um regime económico capitalista que os “explora” ao máximo com empregos precários e salários insignificantes (agora mais do que nunca desculpando-se com a crise) que os levam, na maioria das vezes, a procurar mais do que um emprego (principalmente no caso das mulheres), tornando-os refém de um regime, que no máximo, lhes oferece a

sobrevivência. Neste contexto, ficam sem tempo para dedicar à família e aos amigos, restringindo o contacto com estes em casos pontuais como festas e outros rituais (no caso de morte, por exemplo) onde se juntam para prestarem solidariedade e/ou conviverem. Embora constatem também que existe um sentimento de individualismo e de falta de confiança entre os imigrantes, o que impossibilita o funcionamento profícuo das redes, dificultando fortemente a emergência e produção de capital social.

3.2. Participação social dos imigrantes nas organizações comunitárias de Cacém

Atrás falamos de qualidades que (se acredita) sempre fizeram parte de características socioculturais dos cabo-verdianos⁵, faltou fazer referência a uma delas que tem um papel importante na integração, na inclusão, na confiança, no fortalecimento do espírito de pertença, e na construção de consciência coletiva em busca de objetivos comuns, reforçando assim a capacidade dos imigrantes na provisão de capital social. Referimo-nos à “participação” como sendo o “objetivo de fazer o bem comum que reforça a motivação individual e permite uma identificação do projeto de vida pessoal com a missão da associação” (Albuquerque, 2008) no caso concreto, com a missão da comunidade imigrante em estudo.

No quesito da participação associativa dos imigrantes desta comunidade, podemos considerá-la muito fraca, segundo os nossos entrevistados, quando lhes perguntamos se, “conhecem algum grupo cultural, desportivo, associação e /ou movimento de imigrantes na sua zona? E se participam ou já participaram nalgum?” Todos responderam que não conhecem nenhum grupo acima referido aqui no Cacém, exceto duas delas que dizem ter informações que existem associações de imigrantes mas fora da zona, por isso, nunca participaram.

Razão pela qual, somos levados a pensar que existe um fraco nível de participação, o que contribui para o individualismo e cada vez menos inclusão. E provavelmente maior desconfiança entre eles, uma vez que, existe um défice de relacionamento, que lhes permite um conhecimento mútuo impossibilitando-os de criar laços de amizade,

⁵ Espírito de *entrejuda*, de solidariedade e de *djunta-mó* entre os imigrantes.

característica fundamental para potencializar a confiança, a solidariedade, o *djunta-mó*, e o *capital social* entre imigrantes.

3.3. A provisão informal e a produção de capital social potenciam trajetórias de mobilidade social ascendente?

Os indivíduos em sociedade estabelecem relações entre si, mais ou menos numerosas, mais ou menos dispersas no espaço. Estas relações podem ser informais, como as relações que se estabelecem entre familiares ou amigos, ou formais quando enquadradas institucionalmente, como acontecem com os colegas da escola, do trabalho ou de outro tipo de organizações a que os indivíduos pertencem (Correia 2007, p.97). Neste sentido podemos afirmar que a comunidade em estudo baseia-se preferencialmente nas redes informais estabelecendo relações entre os familiares e amigos, (embora em número restrito de elementos e fraca conexões entre as redes), evidenciando uma fraca ligação com as redes formais. Segundo comprovam os entrevistados quando confrontados com as seguintes perguntas:

“Pensando nas pessoas com quem se relaciona atualmente, diga-me se são mais emigrantes ou nacionais?” *É mais com os imigrantes caboverdianos, já com pessoas de outras nacionalidades e/ou os próprios nacionais é muito menos (E2. 2012).*

“Essas pessoas são mais de que esferas de relação: familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, outras relações comunitárias?” *São pessoas conhecidas, que conhecem a minha família, a minha mãe, o meu pai, etc (E2).*

Já a (E1) sobre a 1ª questão responde, *“Eu relaciono tanto com os portugueses como caboverdianos como eu, são-tomenses, guineenses, angolanos e todos eles”. E quanto a 2ª ela diz que, “São amigos que eu fiz aqui, e agora são como se fossem uma família para mim ou até mais do que a própria família”.*

Essas relações formam aquilo que alguns autores denominam de redes sociais, isto é, um “conjunto de ligações entre diversos atores e estendem-se”, muitas vezes, “para além dos laços diretos” entre os indivíduos (Correia, 2007, p.91). A autora afirma ainda que, essas redes são essenciais para o funcionamento da sociedade, daí que Putnam destaque que a virtude cívica de cada um dos cidadãos por si, se torna mais eficaz quando enquadrada numa “densa rede de relações sociais recíprocas” (Putnam, 2000 *cit. in* Correia, 2007, p.91).

São as redes sociais ou estruturas sociais de cooperação que se estabelecem entre os indivíduos que produzem o capital social, já que este é uma característica da sociedade que se encontra nas relações entre os indivíduos e não nos indivíduos em si, como acontece com o capital humano e/ou o cultural (Correia, 2007, p.91). O indivíduo não pode ser visto isoladamente, mas sim em interação, como um construtor de laços de coesão, a partir dos quais facilita ações coordenadas para lidar com dilemas coletivos.

Guiando-nos pela definição de *capital social* de Putnam (1996, p.66), percebemos que, das entrevistas realizadas nesta comunidade, prevalecem redes sociais informais (familiar, de amizade), embora não estejam excluídos membros da rede social formal (colegas de trabalho e outras instituições), o que (aparentemente) pode ser importante para adquirir e revitalizar o potencial de capital social. Se é evidente a presença das redes sociais informais (e formais nem tanto) e os próprios entrevistados realçam as suas importâncias, não podemos ocultar uma outra evidência, comprovada e consensualmente admitida por todos, que é a questão de *confiança* e/ou a falta dela reinante entre estes e as pessoas das suas relações.

Quando confrontados com as seguintes perguntas: a 1ª é, “Confia nas pessoas com que se relaciona?” E2 respondeu “*Ah, confiança cem por cento já não porque, o mundo de hoje em dia não dá para confiar nas pessoas (mundo straga), mas eu tenho amigos que confio neles a cem por cento, mas, esses são uns dois ou três*”.

“*Hoje em dia confiança? (...) agora se confiastes em pessoas assim, é ali é que vai te matar*” (fala de E3).

E5 disse: “*Olha, confiar agora, nem na minha própria sombra. Nós falamos e damos bem mas, eu não confio em quase ninguém. Só tenho uma amiga em quem confio*”.

E a 2ª é, “Em quem mais confia?” “*Eu confio mais na minha amiga e na minha prima*” (E1). Resposta de (E2), “*Eu neste momento confia mais nessas amigas que já falei*”. Já a E3, diz que confia: “*Só nos filhos (risos) e nem em todos, quanto mais nas outras pessoas*”.

Tendo em conta as características (redes, normas e confiança) da definição do capital social segundo Putnam, facilmente chegamos à conclusão de que neste quesito a comunidade de imigrantes cabovedianos no Cacém está bastante fragilizada e este sentimento de desconfiança generalizada entre eles leva com que se fechem entre si, limitando-se a relações num grupo muito restrito de familiares e amigos, o que “belisca” a relação na e entre as redes sociais, afetando o reforço do capital social necessário para

uma integração bem sucedida, e conseqüentemente, a mobilidade social ascendente, pois, incapacitam “*os participantes a agir, mais eficazmente, em conjunto para perseguir objetivos partilhados*” (Putnam, 1996). Situação que vai em direção oposto à *confiança generalizada* que “é própria dos confiantes moralistas e dos atores (...) que têm uma visão otimista do mundo que acreditam num mundo melhor e consideram a cooperação entre os indivíduos (...) essencial para a construção desse futuro” (Correia, 2007, p.95).

Eric Uslaner (2000, p.573 cit. in Correia, 2007, p.94-95) distingue duas variedades de confiança de acordo com a sua amplitude, assim, a “confiança generalizada” é a “crença de que é possível confiar na maioria das pessoas” enquanto a “confiança particularizada” se aplica apenas aos do nosso círculo, sendo este tipo de confiança que conduz os indivíduos para o envolvimento na comunidade, independentemente da perspectiva de reciprocidade.

Considerando o conceito de *mobilidade social* em Albuquerque (2008), apuramos que a grande maioria dos entrevistados viu suas ambições iniciais (melhor condições de vida) defraudadas. Eles admitem ter havido algumas mudanças na situação profissional, familiar, habitacional, económica e no modo de vida, comparativamente a situação de origem, prevalecendo o sentimento de mudança para melhor em termos profissionais, económicos e habitacionais (às vezes), embora admitam também uma precariedade laboral devido, muitas vezes, a sua fraca qualificação de mão de obra, relegando-os para “empregos” e trabalhos precários as limpezas, trabalhos domésticos e a construção civil, para mulheres e homens respetivamente. Como afirmam alguns entrevistados:

“Estou neste momento a trabalhar na limpeza no centro comercial de Colombo e no hospital, apesar de estar neste momento de baixa médica desde o mês de março”
(Fala de E3).

“Sou pedreiro mas, neste momento estou desempregado, estou em casa” (fala de E4).

Estas situações induzem-nos a pensar que, apesar de muitos terem afirmado que houve melhorias nas condições de vida em certos aspetos, não foram suficientes para ascenderem socialmente, mantendo no “máximo” a sua posição de origem, ou seja, “horizontal” (anteriormente referido) não “*acarretando perdas ou ganhos substanciais*”. Portanto, nesta comunidade não houve mudança de posição social, o que vai ao encontro do que referem Machado *et al*, (cit. in, Albuquerque, 2008, p.129) “os Caboverdianos, não obstante um grande número ter conseguido progredir no sentido de

uma certa estabilização da situação profissional, enfrentam a persistência de precariedade laboral após longos períodos de residência e observam-se raros casos de verdadeira mobilidade social ascendente”.

3.4. Perceção e perspetivas dos imigrantes sobre a ideia de mobilidade social ascendente na comunidade

Neste particular recorreremos ao primeiro pressuposto de Martinelli (1999), onde se refere ao “*reconhecimento da singularidade do sujeito*”, com o argumento de que “cada pesquisa é única, pois se o sujeito é singular, conhecê-lo significa ouvi-lo, escutá-lo, permitir-lhe que se revele”, indo “ (...) ao contexto em que vive sua vida”. Foi o que fizemos no sentido de entender quais a perceção e perspetivas os imigrantes têm sobre a mobilidade social ascendente na comunidade onde vivem. Daquilo que conseguimos apreender das entrevistas, os imigrantes têm uma perceção um pouco dúbia da mobilidade, apesar de mencionarem melhorias em alguns aspetos acima referidos, e de admitirem que, estão satisfeitos com as suas atuais situações de vida, embora não convincente, (ex:E1 “*olha (...) já cá estou não é (...)? Estou sim, estou satisfeito*”, contrariando as evidências por nós constatadas.

Quando confrontados com a seguinte questão: “Pensa que o facto de viver aqui tem alguma influência na sua situação atual?” Houve respostas diferenciadas e outras contraditórias, se não vejamos alguns exemplos:

E1 “*Se estivesse em Cabo Verde, podia estar diferente. “Porquê?” – “Porque se estivesse em Cabo Verde eu podia continuar os meus estudos, o meu curso, emprego ou uma coisa assim”.*

E3 disse que “*Sim com certeza, mas, se estivesse a viver em Cabo Verde, estaria melhor*”. “Porquê?” - “*Porque em Cabo Verde o dinheiro que eu ganho aqui no fim do mês dava-me perfeitamente para as despesas e, lá eu estaria mais bem servida, porque aqui, aquilo que ganhamos no final do mês, fica tudo aqui*”.

“*Eu acho que começou desde Cabo Verde, porque é assim, eu lá trabalhava no jardim infantil de manhã e à noite na casa do cinema na zona de “Bairro Craveiro Lopes”, eu tinha dois trabalhos. Mas aqui eu tenho um bom trabalho e é de manhã das 7h até às 5h. Pronto em Cabo Verde eu fazia muito trabalho para “ganhar”, aqui o trabalho não é pesado, quer dizer em cabo Verde também não era pesado, porque eu trabalhava com crianças e era só ensiná-las a cantar, dançar entre outras coisas, o trabalho mais duro era no Cinema que era limpar e arrumar. Aqui não, o trabalho*

*que eu tenho agora é um bocadinho leve e não o encontro em Cabo Verde”.
“Porquê?” - “Porque aqui tenho melhores oportunidades, principalmente no trabalho”.*

Essas contradições fazem-nos lembrar o que parece ser um “velho”, mas sempre atual, dilema dos caboverdianos, que é o de “*querer ficar e o ter que partir*” e/ou “*ter que partir e querer ficar*” muito bem retratado por Manuel Lopes no romance “Chuva Braba” de 1956. Quanto às perspetivas, os imigrantes mostram-se desejosos de conseguirem uma vida melhor, sem grandes ambições, expressando almejar um “bom” trabalho, uma casa própria, poder dar uma educação melhor aos filhos etc.

“O meu sonho é ter trabalho para trabalhar e “orientar” (realização económico-financeiro), para ver se a vida melhora” (fala de E4);

“O meu sonho é (...) ter a minha casa própria (...) com os meus filhos juntos para lhes dar educação (...) que no futuro tenham uma vida melhor do que a minha” (fala de E2);

“(...) obter a legalização para ir para Cabo Verde e ir visitar o meu avô” (fala de E1);

“Foi uma sr.^a é que me mandou buscar para vir trabalhar com ela e, pronto fiquei com ela (...) essa foi a principal razão para a minha imigração, ou seja, vir trabalhar em busca de melhores condições de vida” (E5, 2012).

Conseguimos também apurar que, apesar de nunca perderem o sonho inicial, que os motivaram para a imigração “*à procura de uma vida melhor*”, muitos estão desiludidos e com poucas esperanças de o conseguirem na atual conjuntura socioeconómica por que passam o país (Portugal) e o mundo em geral.

4. CONCLUSÕES

A análise desenvolvida ao longo do estudo teve subjacente a preocupação de contribuir para o aprofundamento do conhecimento científico sobre diferentes dimensões que interpelam o campo da imigração, evidenciando sobretudo a relevância das redes sociais e do capital social na mobilidade social dos imigrantes da comunidade em estudo, no sentido de, alertar e trazer este tema ao debate científico e académico, numa comunidade que ainda se revela carência de estudos desta natureza. Por fim alguns breves subsídios sobre o papel do Assistente Social na luta para criação e/ou efetivação dos direitos e políticas sociais públicas que beneficiem esta importante “classe” social que são os imigrantes.

Assim, face às perguntas orientadoras enunciadas, passamos a sistematizar os resultados obtidos. Podemos, assim, afirmar que as redes sociais e a produção de capital social são elementos fundamentais para a provisão de recursos sociais na trajetória dos imigrantes da comunidade em estudo. No entanto são evidentes alguns condicionantes de relevo que dificultam a produção do capital social, como são os casos de falta de confiança, de participação e também algum défice de solidariedade, espelhados nas entrevistas. Isso contribui para um enfraquecimento das redes de relação, pois, como vimos as redes se constituem em canais pelos quais passam informações, comunicação e conhecimento. Quando se nota a ausência desses elementos essenciais para a provisão de recursos sociais, as redes claramente ficarão mais fragilizadas, quer as formais, quer as informais, como se pode constatar no caso da comunidade em estudo.

No que concerne à participação comunitária constatamos que os imigrantes dão pouca importância a este aspeto nas associações locais, sendo que a maioria desconhece a existência destas na sua zona de residência, situação que pode induzi-los por valores de autonomia e individualismo cada vez mais fortes, características da sociedade atual. Ora vendo a participação como o objetivo de fazer o bem comum fortalecendo a motivação particular e permitindo um engajamento do projeto de vida pessoal com os propósitos da comunidade, verificamos que não existe, um *civic engagement* (Putnam, 1993) por parte dos imigrantes. Razão pela qual, somos levados a concluir que o nível de participação social em organizações associativas e/ou outras organizações comunitárias, é muito baixo, talvez porque a zona em questão não possua um

envolvimento associativo imigrante muito forte e quiçá, alguma inércia por parte das autoridades locais (hipótese que carece confirmação e de estudos).

Das entrevistas realizadas nesta comunidade e pela definição de capital social, de Putnam (1996, p.66), percebemos que, prevalecem redes sociais informais (familiar, de amizade), embora não se pode excluir rede social formal (colegas de trabalho, instituições estatais e/ou ONG's), o que (aparentemente) pode ser importante para adquirir e revitalizar o capital social, em proveito da trajetória ascendente da mobilidade social dos imigrantes.

Assim respondendo à questão se a provisão informal e a produção de capital social potenciam trajetórias de mobilidade social ascendente, tendo em conta as características (redes, normas e confiança) do capital social, segundo Putnam, concluímos que a comunidade de imigrantes caboverdianos no Cacém está bastante fragilizada. A falta de confiança, de participação e de *djunta-mó*, que existe entre eles pode inibi-los de interagir com redes diferentes, fechando entre si, afetando o reforço do capital social necessário para uma integração bem-sucedida, e conseqüentemente, a mobilidade social ascendente, pois, incapacitam os imigrantes na sua interação, mais eficazmente, em conjunto à procura de objetivos partilhados.

Estas situações levam-nos a concluir que, apesar de muitos terem afirmado que houve melhorias nas condições de vida em certos aspetos, não foram suficientes para ascenderem socialmente, mantendo no máximo as suas posições de origem, ou seja, “horizontal” não “acarretando perdas ou ganhos substanciais”. Portanto, nesta comunidade não houve mudança de posição social, pois, como disse Machado (2005 *et al, cit. in*, Albuquerque, 2008, p.129), os Caboverdianos, não obstante um grande número ter conseguido progredir no sentido de uma certa estabilização da situação profissional, enfrentam a persistência de precariedade laboral após longos períodos de residência e observam-se raros casos de verdadeira mobilidade social ascendente, situação confirmada pelos imigrantes, como aliás, atrás já referimos. Nota-se portanto, aquilo que podemos chamar de “ciclo vicioso” de reprodução das questões sociais, manifestando nas suas mais diversas formas, como: a pobreza, a exclusão social, económica, política, cultural, etc. Situação que reforça a vulnerabilidade dos imigrantes, carecendo de intervenções concertadas entre instituições formais e informais com uma equipa multidisciplinar em que o papel de Assistente Social é de suma relevância.

Importa ainda realçar que no sentido de entender quais as perceções e perspetivas os imigrantes têm sobre a mobilidade social ascendente na comunidade onde vivem, conseguimos apreender através das entrevistas, que eles têm uma perceção um pouco dúbia da mobilidade, apesar de mencionarem melhorias em alguns aspetos, e de admitirem que estão satisfeitos com as suas atuais situações de vida, contrariando as evidências por nós constatadas.

Quanto às perspetivas, os imigrantes mostram-se desejosos de conseguirem uma vida melhor, sem grandes ambições, expressando almejar um “bom” trabalho, uma casa própria, poder dar uma educação melhor aos filhos etc. Conseguimos também apurar que, apesar de nunca perderem o sonho inicial (alguns de há mais de 20 anos atrás), que os motivaram para a imigração (“à procura de uma vida melhor”), muitos estão desiludidos. Mostram poucas esperanças de o conseguirem na atual conjuntura socioeconómica, por que passam o país de acolhimento (Portugal) e o mundo em geral. Alguns até manifestaram uma grande vontade de regressar à terra (Cabo Verde). Razões mais do que suficientes para afirmarmos que, de acordo com os imigrantes e por aquilo que constato, as suas perspetivas sobre a ideia mobilidade social, são agora entendidas como ínfimas, e muitos dão-se por satisfeitos com aquilo que ainda têm, mostrando alguma resignação.

Assim, acreditando nas palavras dos entrevistados, no diz respeito à inclusão social, e porque além de importante ela se mostra necessária, muito tem de se fazer, as autoridades competentes (estatais do país de origem e do destino em conjunto, e/ou de cariz sociais, ONG’s) devem criar e implementar políticas sociais públicas no sentido de prevenirem a exclusão social nas suas mais diversas formas de manifestações e que vão de encontro às necessidades e ao contexto socioeconómico e cultural destes. As instituições sociais informais como: associações comunitárias, desportivas, religiosas entre outras ONG’s, agora mais do que nunca, desempenham um papel fundamental, pois o Estado é cada vez “mínimo” nas suas responsabilidades sociais e na implementação de políticas sociais que possam prevenir e/ou minimizar as vulnerabilidades a que estão sujeitos os imigrantes.

O fenómeno da migração é, não raras vezes, interpretado na ótica dos Governos e do senso comum como causadora de enchentes das cidades, do desemprego, da violência, do crescimento de bairros degradados, ou seja, a criminalização e a culpabilização dos

imigrantes por tudo que não é bom e/ou corre mal nos locais de destino. A investigadora Maria João Guia defendeu publicamente, muito recentemente (cf. Agência Lusa, entrevista de 11 de outubro de 2012), a necessidade de combater a “perceção errada” de que os imigrantes cometem mais crimes do que os cidadãos nacionais, vincando não haver “nenhuma correlação direta” entre imigração e criminalidade.

Neste contexto, retomando o que atrás foi dito, tratando-se a imigração de uma importante expressão da questão social, parece, ser central o papel de profissionais de Serviço Social, enquanto agentes reflexivos, promotores de direitos e mudança, revelando-se neste contexto, elementos privilegiados de apoio à efetivação dos direitos dos imigrantes, à provisão e promoção de capital social, almejando a construção de redes sociais cada vez mais sólidos na comunidade imigrante.

Acreditamos que o estudo trouxe alguns desafios de reflexão para as autoridades competentes quer do país de origem como do país de destino e ao Serviço Social em particular. Temos de pensar em conjunto como incrementar e fortalecer as relações entre as diferentes redes; efetivar as políticas sociais e as existentes para a imigração em particular; avaliar as políticas sociais implementadas, fazendo as alterações necessárias; criar condições para uma participação cívica e ativa dos cidadãos imigrantes, entre outros. Esperamos, pois, que este estudo, de forma articulada com resultados de outros estudos, possa contribuir para uma análise que lhes permitam uma planificação e desenvolvimento de estratégias ajustadas às necessidades dos imigrantes na promoção de direitos, da inclusão social, e no reforço do capital social, potenciando o espírito de *djunta-mó* para que a procura de uma vida melhor corresponda, de facto, ao encontro com uma vida melhor.

Em jeito de conclusão final, alertamos para a questão de crise económica e principalmente social por que passa Portugal e a Europa, na atualidade, pondo cada vez mais a “*nu*” as vulnerabilidades sociais dos imigrantes. Neste contexto, reveste-se de enorme importância um investimento continuado e sustentado de académicos/investigadores e profissionais em Serviço Social, que permita compreender a multiplicidade de fatores e dimensões do fenómeno “imigração”, visando uma intervenção social mais ajustada e capaz de responder às necessidades desta camada populacional e da comunidade em particular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albuquerque, R.** (2008). *Associativismo, capital social e mobilidade, contributos para o estudo da participação associativa de descendentes de emigrantes Africanos Lusófonos em Portugal*. Lisboa; Universidade Aberta.
- Barnes, J.** (1977), Class and committees in a Norwegian island paish. In: Leinhardt, S. (Ed.), *Social Networks. A developing paradigm*. New York: Academic Press, 233-252 (edição original: *Human Relations*, 7,1954).
- Bauer, M., Gaskell, G.** (Ed.) (2007). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (6ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Biagioni, D.** (s.d). Mobilidade Social E Migração Interna no Brasil. Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro. Realizado pelo Centro de Estudos das Metrópoles (CEM/CEBRAP). Acedido em 20/10/2012 em <http://www.centrodametropole.org.br>.
- Bertaux, D.** (2005). *Le récit de vie*, Paris: Armand Colin.
- Boudon, R.** (1989). *Os métodos em sociologia*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática.
- Bourdieu, P.** (1985). The forms of capital. In: Richardson, J. (Comp.). *Handbook of theory and research for the sociology of education*. New York: Greenwood.
- Carmo, H., Ferreira, M.** (1998). *Metodologia da investigação. Guia para autoaprendizagem*, Lisboa: Universidade Aberta.
- Carreira, A.,** (1972) *Cabo Verde - Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*, Imprensa Portuguesa, Porto.
- Carreira, A.** (1993). *Migração nas ilhas de Cabo-Verde*. 2 ed. Praia, ICL.
- Castells, M.** (2002), *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*.1, A Sociedade em Rede; Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cohon, M. & Aspray, W.** (2007). *Networking and Access to Social Capital: A Review of Research Literature on Women's Entrepreneurship in the Information Technology Field*. *Entrepreneurial report series*. National Center for Women & Information Technology. Acedido em 17/10/2012 em http://ncwit.org/pdf/4_networks_final.pdf
- Costa, A.** (1999). *Sociedade de bairro. Dinâmicas sociais da identidade cultural*, Oeiras: Celta Editora.

- Durston, J.** (2002). *El capital social campesino en la gestión del desarrollo rural: dñadas, equipos, puentes y escaleras*. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe.
- Dunst, C., & Trivette, C.** (1990). Assessment of social support in early intervention programs. In S. Meisels, & J. Shonkoff (Eds.), *Handbook of early childhood intervention* (pp. 326-349). New York: Cambridge University Press
- Évora, I.** (2011) *Djunta-mon em três tempos: pós-independência, imigração e transnacionalismo. Aspetos da experiência associativa cabo-verdiana*. Apresentado no X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais Sessão Temática: *Desenvolvimento, Políticas Públicas e Terceiro Setor*. Acedido em 02/ 02 /2012 em <http://hdl.handle.net>.
- Évora, I.** (2001). *Cooperativa: política de Estado ou cotidiano? O caso de Cabo Verde*. [trabalho baseado na dissertação de mestrado: As representações sociais da cooperativa: um estudo na ilha de Santiago, Cabo Verde]. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, vol. 3-4. São Paulo. Acedido em 10/ 10 /2012 em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br>.
- Fazito, D.** A Análise de Redes Sociais (ARS) e a Migração: mito e realidade. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.
- Fernandes, L., Gomes, J.** (2003). Relatórios de pesquisa nas ciências sociais: características e modalidades de investigação. Porto Alegre, v.3, n.4, Con Texto. Acedido em 15 / 02 / 2012 em <http://www.tecnologiadeprojetos.com.br>
- Ferreira, J. et al.** (1995) *Sociologia*, Amadora: Editora McGraw-Hill de Portugal.
- Flick, U.** (2006). *An introduction to qualitative research*. London: SAGE Publications.
- Fontes, C.** (s.d) Cabo Verde, Imigração. Acedido em 19/10/2012 em <http://lusotopia.no.sapo.pt/indexCVEmigracao.html>
- Granovetter, M.** (1973). The Strength of Weak Ties. *American Journal of Sociology*, v. 78, n. 6, p. 1360-1380
- Grassi, M.** (2006). *Cabo Verde pelo Mundo: O género e a Diáspora Cabo-verdiana*. Instituto de Ciências Sociais-Universidade de Lisboa. Acedido em 16 / 11 / 2011 em <http://www.ics.ul.pt>.
- Grassi, M., Melo, D.** (2007). *Portugal na Europa e a questão migratória: associativismo, identidades e políticas públicas de integração*. Instituto de Ciências Sociais Universidade de Lisboa. Acedido em 12/10/2012 em www.ics.ul.pt.
- Guadalupe, S.** (2010). *Intervenção em Rede - Serviço Social, Sistémica e Redes de Suporte Social*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Guerra, I.** (2010). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo*. Lisboa: Editora Principia.

- Guia, M.J.** (2012). Entrevista da Agência Lusa: [Maria João Guia] a Investigadora diz que "não há nenhuma correlação direta" entre imigração e criminalidade em Portugal. Acedido em 12/10/2012 em <http://www.ionline.pt/>
- Gurak, D.** e CACES, F. (1992) Migration Networks and The Shaping of Migration Systems, in Mary Kritz et Alli (edx.). International Migration Systems, A Global Approach. Clarendon Press, Oxford.
- Haguette, T.** (1987). *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo. Cortez.
- Lessard-Hebert, M.** et al.,(1994). *Investigação qualitativa: fundamentos e práticas*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Marteleteo, R.,** Silva, A. (2004, p.44). Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local, Ci. Inf., Brasília, v. 33, n. 3, p.41-49. Acedido em 17/10/2012 em <http://www.scielo.br>.
- Martinelli, M.** (1999). O uso da abordagem qualitativa na pesquisa em serviço social. in M. Martinelli (org). *Pesquisa qualitativa: um instigante desafio* (p. 19-27). São Paulo: Veras Editora.
- Martins, P.** (2009). Horizontes Antropológicos Porto. Alegre, ano 15, n. 31, p. 241-262.
- Marques, R.** (2003). Os Trilhos da Nova Sociologia Económica, in Peixoto, J. e Marques, R. (org.) (2003), *A Nova Sociologia Económica*. Oeiras, Celta, 1-67.
- May, T.** (2004). *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. 3.ed. Trad. Carlos A. Silveira. Porto Alegre: Artmed.
- Mercklé, P.** (2004) Sociologie des réseaux sociaux. Paris: La Découverte.
- Minayo, M.** (1993). *O desafio do conhecimento*. São Paulo: Hucitec.
- Minayo, M. (org.) (1994). *Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.
- PNUD, RDH.** (2009). Ultrapassar Barreiras: Mobilidade e desenvolvimento humanos. Acedido em 12/07/2012 em <http://hdr.undp.org/en/media/HDR>.
- Putnam, R.** (1996). Who Killed Civic America? *Prospect*, pp.66-72.
- Putnam, R.** (2001). *Bowling Alone*. Nova York: Touchstone.
- Quivy, R.** & Campenhoudt, L.(2003). “ Manual de investigação em ciências sociais”. Lisboa: Gradiva.
- Sant-Martin, M.** (1978). *Le patronat. Actes de la Recherche en Science Sociales*, Paris, n. 20/21, p. 3-82.
- Sen, A. (2000)**, *Desenvolvimento como liberdade*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo, Companhia das Letras.
- SEF**, (2011). Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo. Acedido em 20/ 10 /2012 em <http://www.sef.pt>.

SEF, (2007). Lei n.º23/2007, 4 julho - A nova Lei de Estrangeiros. Lisboa. Acedido em 11/ 10 /2012 em [Http://www.imigrante.pt/noticias/233](http://www.imigrante.pt/noticias/233).

Silva, M. (2011). *@vós.TIC: o aumento do capital sociocultural nos seniores mediante a alfabetização e uso das TIC*. [Tese de Doutoramento]. Salamanca: Facultad de Educación.

Sousa, N. (2003). *Imigração e Cidadania Local: Associativismo Imigrante e políticas públicas de Portugal*. Ed. Instituto da Biblioteca Nacional e do livro – Praia.

Tilly, C. (1990) “Transplanted Networks” in Virginia Mclaughlin (ed.). *Immigration reconsidered: History, Sociology and Politics*. Oxford University Press, New York.

Apêndice

1.1. GUIÃO DE ENTREVISTA

I. Origens e características sociodemográficas do emigrante

1) Em que ilha e concelho de Cabo Verde nasceu? Viveu lá até que idade? Que idade tem atualmente?

2) Quais são as suas habilitações literárias?

3) Veio sozinho ou com a família?

- Com quem vivia em Cabo Verde?

- Com quem vive cá? Qual é o seu estado civil (solteiro(a), casado (a)/unido (a) de facto, separado (a)/divorciado (a) ou viúvo (a)?

- Tem filhos? Vivem consigo?

4) Como era a sua vida em Cabo Verde (condições de habitação, situação profissional e social)? Gostava de lá viver? Porquê?

II. A centralidade das redes sociais e a produção de capital social na provisão de recursos sociais na trajetória do emigrante

1) Como surgiu a oportunidade de emigrar? Qual foi a principal razão dessa decisão? Foi fácil ou difícil tomar essa decisão? Porquê?

2) Teve apoio de alguém para aqui chegar? Se sim, quem foram essas pessoas e qual a importância delas na sua vida?

3) Tem familiares e amigos de Cabo Verde que emigraram para Portugal? Em caso afirmativo, se não tivesse ninguém com experiência de emigração nas suas relações, pensa que teria emigrado na mesma?

4) Quando cá chegou contou com apoio de alguém (familiares, amigos, conhecidos e/ou instituições) para arranjar emprego, habitação e tudo o que precisava para se estabelecer? Se sim quem são essas pessoas? Qual a importância desse apoio para si?

5) Atualmente, caso precise de ajuda, pode ainda contar com essas pessoas? Com quem (mais) pode contar neste momento?

6) Refira pessoas (familiares, amigos, vizinhos, etc) e/ou instituições que foram importantes na trajetória da sua vida, desde Cabo Verde até hoje (em Portugal). Como é que descreve a sua relação com elas? (ajuda, de troca, de companhia/convívio, etc?)

7) Pensando nas pessoas com quem se relaciona atualmente, diga-me se são mais emigrantes ou nacionais? De entre os emigrantes, relaciona-se mais com pessoas oriundas de Cabo Verde ou com pessoas provenientes de várias origens?

8) Com quantas pessoas se relaciona mais habitualmente? Essas pessoas são mais de que esferas de relação: familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, outras relações comunitárias. Como descreve o seu relacionamento com estas pessoas? Que tipo de recursos trocam entre si? (apoio emocional, de amizade; informativo; instrumental/material).

II a) Capital social (confiança e solidariedade - o “djunta mó”)

1) Em Cabo Verde utilizamos uma expressão, que exprime o espírito de solidariedade, de amizade, de entreaajuda, de confiança, que é “Djunta mó” sente que existe este espírito entre vocês (emigrantes) aqui?

2) Confia nas pessoas com que se relaciona? E elas em si? Se sim, confia a que nível? Em quem mais confia? O que o leva a confiar em alguém?

3) Sente-se que pode contar com elas em momentos importantes da sua vida? Dê exemplos de episódios da sua vida em que tal foi importante.

4) Com que frequência e em que ocasiões costuma encontrar-se com os seus amigos e familiares?

5) O que considera importante para “ser amigo” de alguém?

6) O que é que valoriza mais nas relações? (pessoas; instituições)

7) Quais são os valores mais importantes para si? Ex: (solidariedade, respeito, amor, entreaajuda, sinceridade, liberdade, fraternidade, etc)

II b) Capital social (participação social nas organizações locais)

1) A sua situação é legal no país? Qual é a sua situação profissional? Tem acesso a proteção social (caso fique doente ou desempregado?)

2) Conhece algum grupo cultural, desportivo, associação e /ou movimento de imigrantes na sua zona? Participa ou já participou nalgum? Se sim, de que forma e a que nível, ou seja, como participa?

3) Qual é a sua opinião em relação ao papel das associações existentes na sua zona?

III. A perceção do emigrante sobre a mobilidade social

- 1) Acha que os imigrantes (seus conterrâneos) desta zona (Cacém) fizeram uma boa escolha quando vieram para Portugal? Porquê?
- 2) O que mudou na sua situação de lá para cá? A que níveis identifica tais mudanças (situação profissional, familiar, habitacional, económica, modo de vida)? Que mudanças foram para melhor? E para pior?
- 3) Há pessoas e instituições que foram importantes para si nessa mudança?
- 4) Pensa que o facto de viver aqui tem alguma influência na sua situação atual? Porquê?
- 5) Está satisfeito com a sua atual situação de vida? Se não, o que pensa que poderia ser feito para melhorar a sua situação?
- 6) Que planos futuros e sonhos é que ainda gostaria de ver realizados?
- 7) O que mais me gostaria de contar?

1.2. Perguntas subsequentes da Pergunta de Partida

- Qual é a trajetória de vida dos imigrantes da comunidade em estudo?
- Qual é a centralidade da provisão de recursos sociais a partir das redes sociais e a produção de capital social na trajetória do imigrante?
- Qual é a participação social dos imigrantes nas organizações comunitárias?
- A provisão informal e a produção de capital social potenciam trajetórias de mobilidade social ascendente?
- Qual é a perceção do imigrante sobre a mobilidade social na comunidade?
- Quais são as perspetivas dos imigrantes sobre a ideia mobilidade social?